



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Linha de Pesquisa:

Geografia Política e Geopolítica

TERRITÓRIO GEOGRÁFICO E PODER POLÍTICO EM DONA INÊS – PB.

JOSÉ ROBERTO DA SILVA NETO

Guarabira - PB

2019

JOSÉ ROBERTO DA SILVA NETO

TERRITÓRIO GEOGRÁFICO E PODER POLÍTICO EM DONA INÊS – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
em Geografia para a obtenção do título de
Licenciada Plena em Geografia pela
Universidade Estadual da Paraíba. Sob a
orientação do Prof.: Dr.: Belarmino
Mariano Neto.

Guarabira - PB

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva Neto, José Roberto da.
Território geográfico e poder político em Dona Inês - PB
[manuscrito] / Jose Roberto da Silva Neto. - 2019.
65 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Belamino Mariano Neto ,
Coordenação do Curso de Geografia - CH."
1. Geografia Política. 2. Território. 3. Poder. 4. Dona Inês - PB. I. Título

21. ed. CDD 320.12

JOSÉ ROBERTO DA SILVA NETO

TERRITÓRIO GEOGRÁFICO E PODER POLÍTICO EM DONA INÊS – PB.

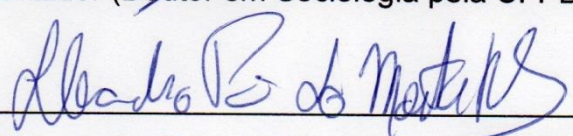
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentada à banca examinadora da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como requisito parcial para cumprimento do curso de Licenciatura Plena em Geografia.

Aprovada em 18 / 06 / 2019.


Banca Examinadora



Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto UEPB/CH/DG
Orientador (Doutor em Sociologia pela UFPB/UFCG)



Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG
Examinador (Doutor em Geografia pela UFRN/PPGE)



Prof. Dr. José Mácio Ramalho Teódulo
Examinador (Doutor em Geografia)

Guarabira-PB, 2019

Dedicatória

A Deus por ter me concedido a vida, em especial a minha família que sempre apoiou-me e incentivou-me e a todos os que fizeram parte da caminhada para conclusão do curso de Licenciatura Plena em Geografia.

AGRADECIMENTOS

A em primeiro lugar a Deus por me conceder a vida e que tem me guiado ao longo de minha jornada, pela oportunidade de ingressar no curso de Geografia ao qual identifiquei-me desde o primeiro momento e que estou concluindo com prazer e gratidão e por todas as bênçãos concedidas por ele.

A minha família de base, em especial meus pais e irmãos que sempre me apoiaram e torceram que eu supere os obstáculos dos dia-a-dia e que possa conseguir êxito em meus empenhos. A minha família construída, esposa e filho, pelo apoio e incentivo para que possa seguir firme em meus propósitos e mostrando que se nos dedicarmos conseguimos alcançar as metas traçadas e objetivos desejados.

Aos professores que não mediram esforços em ajudar à todos da turma, dando-nos o seu melhor e sem sombra de dúvida torcendo que nós (a turma) conseguíssemos aproveitar o máximos dos momentos divididos. Agradeço em especial ao professor Belarmino Mariano Neto por aceitar orientar-me na produção do meu trabalho de conclusão de curso (TCC).

Aos meus colegas de turma, pela união, apoio e entusiasmo. Pela convivência harmoniosa durante todo o período do curso, pelo compartilhamento dos conhecimentos, pelas experiências trocadas, com discussões calorosas e intensa, porém proveitosas.

“Estranhamente, não produzimos frutos quando estamos no topo da montanha, nem quando estamos agonizando no abismo de nossa dor... só produzimos frutos de sabedoria enquanto atravessamos o deserto”. Daniela Raffo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de localização do município de Dona Inês-PB	21
Figura 02 - José Tomaz de Aquino	25
Figura 03 - Mozart Bezerra	25
Figura 04 - Figura Francisco Avelino da Silva	27
Figura 05 - Joaquim Cabral de Melo	27
Figura 06 - Antônio Luiz de Araújo	29
Figura 07 - Luiz José da Silva	29
Figura 08 - Escola Estadual do Ensino Médio Gov. Clóvis Bezerra	32
Figura 09 - José Eugênio Cabral de Melo	33
Figura 10 - Ramon Ferreira de Araújo.	33
Figura 11 - Escola Municipal do Ensino Fundamental S. Humberto Lucena.	39
Figura 12 - Antônio Justino de Araújo Neto	40
Figura 13 - João Idalino da Silva	40

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 01 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1960.	21
Tabela 02 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1964.	27
Tabela 03 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1968.	30
Tabela 04 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1972.	31
Tabela 05 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1976.	31
Tabela 06 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1982.	34
Tabela 07 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1988.	36
Tabela 08 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1992.	37
Tabela 09 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1996.	38
Tabela 10 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2000.	41
Tabela 11 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2004.	42
Tabela 12 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2008.	42
Tabela 13 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2012.	43
Tabela 14 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2016.	44
Tabela 15 - Resultado das Eleições na Paraíba: Antônio Justino de A. Neto	48

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEHAP	Companhia Estadual de Habitação Popular
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DEM	Democratas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Socialista Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TER	Tribunal Regional Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

043 – LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

Título: TERRITÓRIO GEOGRÁFICO E PODER POLÍTICO EM DONA INÊS – PB.

Linha de Pesquisa: Geografia Política e Geopolítica

Autor: JOSÉ ROBERTO DA SILVA NETO

Orientador:

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Examinadores:

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Prof. Dr. José Mácio Ramalho Teódulo

RESUMO

A Geografia Política para alguns escritores é vista como uma parte da Geografia Humana. A expressão ganha força a partir das proposições dos autores Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. A realização desta pesquisa tem como foco o aprofundamento no conhecimento sobre a formação do Município de Dona Inês/PB, indo desde sua estrutura territorial à composição política. Desta forma, a referida pesquisa analisou os desdobramentos do poder local, a partir dos grupos políticos familiares que passaram a comandar o território. Para embasamento teórico, nos pautamos em autores como: Iná Elias de Castro, abordando geografia e política; Rogério Haesbaert, enfocando território; Franco, abordando os Problemas Políticos Brasileiros; Noberto Bobbio, Nicola Matteucci e Giafranco Pasquine, com o Dicionário de Política. Tais autores nos deram a base geral para nossa compreensão geográfica e política. Ao adentrarmos na política no contexto municipal, foram explicitados dados extraídos do tribunal regional eleitoral, que foram somados a depoimentos de munícipes com vivência no meio político municipal. Através de um estudo quantitativo e qualitativo das referidas informações, verificamos que o desdobramento do poder local sempre esteve imbuído de práticas políticas oligárquicas comuns para toda a região nordeste e paraibana, que lhes garantiam a permanência no poder.

Palavras chave: Geografia Política. Território. Poder.

043 - FULL GRADUATE IN GEOGRAPHY

Title: GEOGRAPHICAL TERRITORY, AND POLITICAL POWER IN DONA INES/PB.

Research Field: Politics Geography and Geo-politics

Author: JOSÉ ROBERTO DA SILVA NETO

Mentor:

Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto

Examiners:

Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Prof. Dr. José Mácio Ramalho Teódulo

ABSTRACT

For some writers, Political Geography is seen as part of Human Geography. This expression reinforces the propositions of the authors Friedrich Ratzel and Paul Vidal de La Blanche. The realization of this research has dw in the knowledge over Dona Ines - Paraiba municipal formation, from the territorial structure to the political composition. Thus, this research assessed the unfold local power of politician groups and their family's ramifications which has dominated the territory. For the theoretical Background, we followed authors, such as: Ina Elias de Castro, Geography Approach and Politic; Rogerio Haesbert, Territory emphasis; Franco, Approaching the Brazilians Political Issues; Noberto Bobbio, Nicola Matteucci and Giafranco Pasquine with The Political Dictionary. These authors offered us general bases for our geographical and political comprehension. On entering in the context of municipal politics, we extracted data from the Regional Electoral Court adding to testimonies of citizens living in the municipal political environment. Through the quantitative and qualitative studies collected, we verified that the unfolded local politics power has been ever embedded to a common oligarchy practices permiated in all Northeast region and Paraiba State, which guarantee to politician family's groups permanence in power.

Key words: Politic Geography. Territory. Power.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	15
2.1 DISCUTINDO GEOGRAFIA E POLÍTICA	15
2.2 MATERIAIS E MÉTODO	19
3 GEOGRAFIA E POLÍTICA NO CONTEXTO TERRITORIAL DE DONA INÊS/PB.	21
4 O PODER POLÍTICO EM DONA INÊS/PB	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIA:	52
ANEXOS	57

1 INTRODUÇÃO

A Geografia Política para alguns escritores é vista como uma parte da Geografia Humana. A expressão ganha força a partir das proposições dos autores Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. Suas obras se mostraram de grande valia e posteriormente ganharam título de referências como sendo Escolas da Geografia Alemã e Francesa, os quais enfocam a relação Homem X Natureza, de forma que esta seja pautada dentro do interesse de cada um dos autores (MARTINS, 2001).

A escolha do tema para essa pesquisa nasceu dos estudos sobre Geografia Política e Geopolítica, na disciplina do mesmo nome no sétimo período do Curso de Geografia, ministrada pelo professor Mariano Neto. Nesse interim, observamos que os debates sobre a Geografia Política estavam diretamente associados ao desenvolvimento político do município de Dona Inês, na Microrregião do Curimataú Paraibano.

Partimos também da ideia de fragmentação territorial e poder local, considerando que o município de Dona Inês nasceu da divisão ocorrida no município de Bananeiras, com terras que eram predominantemente dos familiares de Mozart Bezerra. Essas terras que originaram o município de Dona Inês estavam situadas bem mais na Bacia hidrográfica do Curimataú Paraibano.

A fragmentação territorial ocorrida no Município de fato não representou uma ruptura definitiva dos laços de hierarquias. Desta forma, é possível constatar que após a emancipação de Dona Inês o Município continuou interligado a Bananeiras, seja pelo domínio das oligarquias políticas que se instalaram, seja pela oferta de serviços essenciais como a comarca eleitoral.

Logo, nosso objetivo geral foi analisar os desdobramentos do poder local, a partir dos grupos políticos familiares que passaram a comandar o território, sempre usando de práticas políticas oligárquicas comuns para toda a região nordeste e paraibana, que lhes garantiam a permanência no poder.

Entre os objetivos específicos, foram traçados os seguintes: a) uma caracterização geográfica do município de Dona Inês no contexto do Curimataú paraibano; b) fazer um levantamento geo histórico e político de Dona Inês/PB no

contexto local e regional; c) identificar os grupos familiares que controlam o poder local se estão associados ou apoiam outros grupos políticos em escala estadual, para governos, assembleia legislativa, congresso nacional e presidência da república; d) observar como se deram os apadrinhamentos políticos e composições partidárias para a conquista do poder local.

A principal base teórica do trabalho se pautou em autores como: Castro (2010), que trata sobre geografia e política; Franco (1975) abordando os Problemas Políticos Brasileiros; Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Giafranco Pasquino (1998) com o Dicionário de Política. Estes autores nos deram a base geral para nossa compreensão política.

Os dados estatísticos que foram coletados no Site do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) refletem 59 anos de poder político local, a partir dos quais foi possível compreendermos a dinâmica oligárquica, tanto na fragmentação territorial que deu origem ao município de Dona Inês, quanto na continuidade dos grupos familiares oriundos de Bananeiras/PB que deram continuidade ao controle político de Dona Inês.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos. Sendo a introdução, seguida de um levantamento teórico sobre geografia e política, subdividido dos materiais e método utilizados na pesquisa. Após, fazemos uma breve discussão da geografia política no contexto da formação territorial do município de Dona Inês, objeto de estudo deste trabalho. Apresentamos os resultados da presente pesquisa, com discussões sobre os pleitos municipais e a influência das oligarquias nos respectivos resultados. E por fim, as considerações finais, compondo uma realidade política em que as oligarquias políticas locais controlam o poder executivo em décadas, interferindo diretamente na organização do município de Dona Inês.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

Este capítulo foi organizado em duas partes, sendo a primeira sobre os elementos teóricos acerca do tema proposto e o segundo apresentou os parâmetros das técnicas e método de pesquisa. O tema central tratado se pautou na discussão da importância da geografia política em conformidade com o poder local, a partir de autores tanto da geografia, quanto da sociologia e da ciência política.

O método se pautou na análise geográfica, considerando uma base teórica e a pesquisa empírica, a partir de atores políticos locais e como se deu as estratégias para controlar o território geográfico de Dona Inês. A geografia política nos permitiu refletir sobre uma realidade geográfica que é pouco abordada pelos estudos de temas locais, como organização territorial e político administrativa. Nesse sentido, o método ganhou um contorno mais teórico que empírico, apesar de termos usados os conhecimentos de populares e políticos locais.

2.1 DISCUTINDO GEOGRAFIA E POLÍTICA

O elemento político é algo presente no nosso cotidiano. As vezes nem percebemos mas de forma sucinta ou explícita ela está ali, pois a vida em sociedade de forma aceitável dentro dos padrões sociais, é regida por decisões políticas. Em busca de compreender o que é política, traremos alguns autores e suas concepções:

Na verdade, o conceito de política é tão amplo que, de certa maneira, poderíamos associar qualquer ato de mediação de forças e conflitos, que ocorra de forma não violenta, como uma manifestação política. Portanto, falaremos apenas a respeito de um aspecto específico desse tema: a política associada à ação institucionalizada em um Estado, mais especificamente, um “Estado democrático”.
(RODRIGUES, 2018, p 01).

Em outras palavras a política é um meio/instrumento de mediação de conflito sem uso de violência. Para Bobbio (1998, p. 944), “É uma função do Estado [...] e visa a pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública [...]”. Podendo ser também entendida como o conjunto de ações ou atividades que são utilizadas pelo Estado

para manter a ordem e o controle social. Ao procurar um conceito mais etimológico da palavra, faremos menção à Franco (1975), o qual alerta que esta pode sofrer variação de entendimento de acordo com o contexto em que é empregada:

1) A política, tal como indica a palavra grega polis (comunidade humana coexistindo na Cidade-Estado sob um poder soberano), diz respeito aos processos governativos de uma sociedade, ou de uma nação, submetida ao poder do Estado [...]. 2) Podemos abordar o estudo da Política por mais de uma forma. Essas formas de maneira geral se distribuem em grupos: os que encaram a política como atividade jurídica, e então estaremos cultivando a teoria do Estado e do Direito Constitucional; os que estudam a sua evolução no tempo, e dessa maneira fazemos História Política; [...] esses estudos constituem o que se costuma chamar limitadamente de Ciências Políticas, a qual, aproximando-se mais da Sociologia que do Direito ou da Filosofia, é a forma empírica de se praticar o estudo da Política. Empregada no plural, a expressão Ciências Política representa o conjunto delas: teoria do Estado, Direito Constitucional e Administrativo, Economia Política, Filosofia Política, História e outras (FRANCO 1975, p13).

As colocações de Franco (1975) apresenta consonância com os pensamentos dos autores mencionados anteriormente, quanto a relevância da contribuição que a política oferece ao norte civilizatório das sociedades. Porém, atenta para a conotação que o termo política pode sofrer de acordo com a linha de estudo que estiver sendo abordada. Em nosso caso, o interesse se volta para a ideia de geografia política e poder local.

Martins (2001) nos alerta para as ideias de Ratzel sobre a direta relação da Geografia Política com o Estado. Logo todo Estado é uma composição político territorial marcada por relações de poder. Ao nosso estudo interessa refletir sobre as relações políticas e os domínios territoriais locais, considerando os grupos familiares que dominaram e dominam politicamente o território de Dona Inês-PB, enquanto uma unidade política administrativa centrada no municipalismo.

Ao explicitar o entendimento dos autores à temática, percebemos a visível correlação da geografia Política e do Estado. Esta relação de poder se justifica a partir do que Ítalo Jr (2017) expõe através da apresentação dos pensamentos dos autores contratualistas de destaque: Jean Jack Rousseau, John Locke, Thomas Hobbes, que com ideias horas divergentes, horas alinhadas, tornaram-se grandes referências sobre o tema em foco. Todos abordam sobre a questão social, apontando o homem como um ser propenso a viver em sociedade e elencam sugestões de como essa vivência poderia dar-se de forma harmoniosa. Ainda de

acordo com Ítalo Jr. (2017), John Locke, Thomas Hobbes atentam para a natureza conflitante do ser humano. Com isso, justificam a necessidade de criação de algo, um mecanismo de controle que possa reger os indivíduos em uma sociedade, surgindo assim a figura do Estado.

Ítalo Jr. (2017) comenta a visão pessimista de Hobbes e elenca algumas colocações do autor como: O homem em estado de natureza é livre, porém mal, egoísta e corrupto; os homens em seu estado natural naturalmente são pessoas de má índole, são cruéis, são viz, são propensos à guerra; além da famosa frase “o homem é o lobo do próprio homem”. Desta forma, para evitar esse estado de conflito e guerra, os homens teriam se reunido e firmado entre eles um contrato escolhendo um soberano para governá-los, podendo ser entendido como um ato político.

E quando falamos em Estado enquanto algo institucionalizado, associamos diretamente a um território, “base da vida material que transcende a nação mas cujo uso, em última instância, é regulado pelo Estado” (SANTOS, 2002 p.21). O autor define as bases territoriais oficiais, mas também está preocupado com o território como um espaço de uso, marcado por relações de poder e de domínio. Para o autor os territórios estão completamente ocupados, mesmo os que estão em aparente inércia desempenham uma função.

Para Haesbaert (2004), território está relacionado a poder, a apropriação e dominação jurídica e política da terra. E é visto por Lages; Braga; Morelli (2004) como uma dimensão mensurável do espaço geográfico. Logo, podemos deduzir que não se trata da terra em si, mas das relações de poder sobre o espaço o que o define enquanto um território jurídico por convenção.

Associado ao território temos também as questões que lhes são inerentes: a territorialidade; que faz referência a forma em que as pessoas fazem o uso da terra e organizam os espaços, dando-lhes significados, estando relacionado a economia, cultura e, sobre tudo, a política do lugar Haesbaert (2004). Territorialidade esta que cria de forma subjetiva nas pessoas que habitam o território uma consciência de participação e de confraternização (ANDRADE 2004).

Vimos então que o território é resultado de apropriação e dominação, envolvendo relações de poder. Rios (2008) define poder como verbo transitivo e classifica como: “ter a faculdade de; ter possibilidade de; dispor de força para; possuir força ou moral para; ter direito, a razão de; ter calma ou paciência para; ter influência, valimento”. O referido autor elenca como sinônimo para poder:

“possibilidade; faculdade; vigor, potência; autoridade, domínio; influência; posse; governo de estado; etc”.

Já Bobbio (1992) em seu dicionário de política aponta várias definições, mas diz que de forma mais geral poder está relacionado à capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Dentro de um contexto social, ou seja, fazendo referência à vida do homem em sociedade. Bobbio (1992 p.933) flexibiliza o entendimento de poder que “pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem”. Ou seja, um homem exercendo poder sobre outro homem, sendo sujeito ou objeto do poder social.

Nas sociedades nacionais existem grupos e classe sociais que possuem interesses opostos e muitas vezes conflitantes, (CASTRO 2010). E como Santos (2002) aponta o Estado como o principal regulador do território, cabendo a este a formulação de mecanismo que ofereça harmonia entre os elos da comunidade. Castro (2010) explana um exemplo em que fica clara a complexidade que um território pode apresentar:

[...] no meio urbano os moradores reagem à presença de poluidores do ar, como uma fábrica, ou de poluidores sonoros, como clubes ou igrejas. As fábricas poluem porque querem produzir para vender e lucrar, as igrejas colocam alto-falantes para propagar sua fé, os jovens gostam de frequentar bailes com músicas em altos decibéis. Os moradores, por sua vez, querem empregos, ar limpo e silêncio (CASTRO, 2010, p 40).

Desta forma, fica evidente a natureza conflitante de desejos e necessidades de grupos sociais membros de uma sociedade, de uma comunidade, ou até mesmo de um indivíduo que apresente suas particularidade. Daí urgi a figura do Estado e do grupo político no poder para fazer a mediação entre as partes. E esta pode ser representada por organizações sociais, partidos, movimento e do próprio estado, como instância de poder, podendo e sendo reconhecida pela expressão poder político (Castro, 2010).

Em entrevista cedida ao 3º Simpósio Nacional de Geografia Política¹, a professora Iná Elias de Castro diz que a geografia deve abordar as questões políticas, tendo em vista que estas precisam de um espaço para se desenvolver.

¹ OLIVEIRA, Moisés de. 3º SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA. Abertura/Palestra Prof. Dra. Iná Elias de Castro (UFRJ). Youtube. 24 de ago de 2014. 47min e 08s. Disponível em: <<https://youtu.be/4F-qB4XnFfE>>. Acesso em 20 maio 2018.

Então nos remete ao “espaço geográfico” objeto de estudo da Geografia enquanto ciência. Considerando que as forças políticas interferem diretamente na organização dos espaços, passando a ser vista por um viés territorial. Em termos geográficos cabe dizer que são os lugares, os territórios que servem de arena para as disputas políticas

Ao retornar um pouco percebemos na definição de política que Franco (1975) enfatiza o radical polis (comunidade humana coexistindo na Cidade-Estado sob o poder soberano). Apesar de uma variação temporal significativa um autor ratifica as palavras ou o pensamento do outro, no tocante a necessidade de um espaço físico para a materialização da ação. E ao pensarmos a política como um instrumento de mediação de conflitos, percebemos a necessidade desta se fazer presente a todo momento.

2.2 MATERIAIS E MÉTODO

A pesquisa foi embasada em produções literárias, físicas e virtuais (online) e em entrevistas com pessoas como o ex-vereador José Wellington de Azevedo Maia, especialista em Gestão Pública, Assistente administrativo da Câmara Municipal de Dona Inês-PB, Professor da Rede Municipal de Ensino. O mesmo domina vasto conhecimento, considerando os grupos políticos de Dona Inês/PB e o controle político local.

Contamos também com a fala do Senhor Damião Luiz da Silva (conhecido como Damião Pedro), agricultor, 74 anos, morador do Projeto de Assentamento Sítio Pimenta (INCRA/PB). Falando sobre a forma que alguns fazendeiros montaram suas fazendas e acumularam riquezas.

Foi usada ainda entrevistas gravada em DVD de personagens de relevância no cenário político do Município, cedida pelo Professor Josenildo Fernandes da Silva, sobre a formação das oligarquias políticas locais.

A pesquisa contou ainda com a entrevista de Manoel Ferreira de Araújo, (Neco de Lolô), ex-vereador, e Funcionário público municipal, Diretor do antigo Departamento de Obras e Urbanismo hoje compreendendo apenas o departamento de obras. O mesmo contribuiu de forma direta na configuração do território, no

sentido em que Dona Inês/PB e Solânea/PB obedecessem aos limites municipais que estava previsto nas leis de emancipação dos respectivos Municípios.

Contou-se ainda com as falas de Antônio Bento da Silva, (Tonhe de Nezinho) 71 anos, ex-vereador, aposentado, membro da Igreja Católica e residente na *Rua José Tomaz de Aquino*, o nome da Rua faz menção ao primeiro Prefeito do Município de Dona Inês/PB. E fechando o quadro de entrevistas contamos também com a fala do Senhor Francisco Guilherme dos Santos, 81 anos, conhecido popularmente por Chicute, aposentado, prestou serviços ao setor de Gabinete do Município por mais de 30 anos, sendo funcionário de confiança de várias Gestões.

Em relação às imagens fotográficas foi feito um levantamento de documentos e imagens extraídos do acervo da casa Legislativa Municipal, bem como imagens cartográficas elaboradas pelo professor Doutor: José Mácio Ramalho Teódulo em se retrata a base territorial de Dona Inês-PB.

As fotografias foram feitas tanto pelo autor como coletadas a partir das redes sociais e de trabalhos como da professora Isabel Cristina (2006). Essas imagens são referenciais aos diferentes políticos ao longo dos anos de vida pública. Também foram feitas imagens destacando-se prédios públicos que fazem alusão aos políticos locais e regionais.

Também foram utilizados dados estatísticos a partir de tabelas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), dos diferentes anos e de todas as eleições municipais para o poder executivo de Dona Inês/PB. Estes dados serviram de base para compreendermos a força política dos grupos familiares que se revezaram no poder quase 60 anos e que ainda continuam interferindo da dinâmica política local.

Escolhemos poucas entrevistas semiestruturadas, mas definimos políticos locais e moradores que atuaram como servidores públicos que estiveram ligados diretamente, ao poder público municipal de Dona Inês. Estes foram informantes chaves no estudo. As entrevistas foram semiestruturadas, em que os pesquisados ficaram livres para responder de maneira dialogada, sobre o que compreendiam de toda a vida política de Dona Inês, considerando os prefeitos e como atuaram durante seus anos no poder.

3 GEOGRAFIA E POLÍTICA NO CONTEXTO TERRITORIAL DE DONA INÊS/PB.

De acordo com Mota (1990), o Brasil passou por grandes transformações políticas a partir do século XIX. O autor destaca o processo de independência e o início da formação do Estado-Nação Brasileiro; o fim da escravidão e a revolução dos marechais que culminou com a proclamação da república, entre outros aspectos políticos que fundaram o Estado Brasileiro aos moldes atuais.

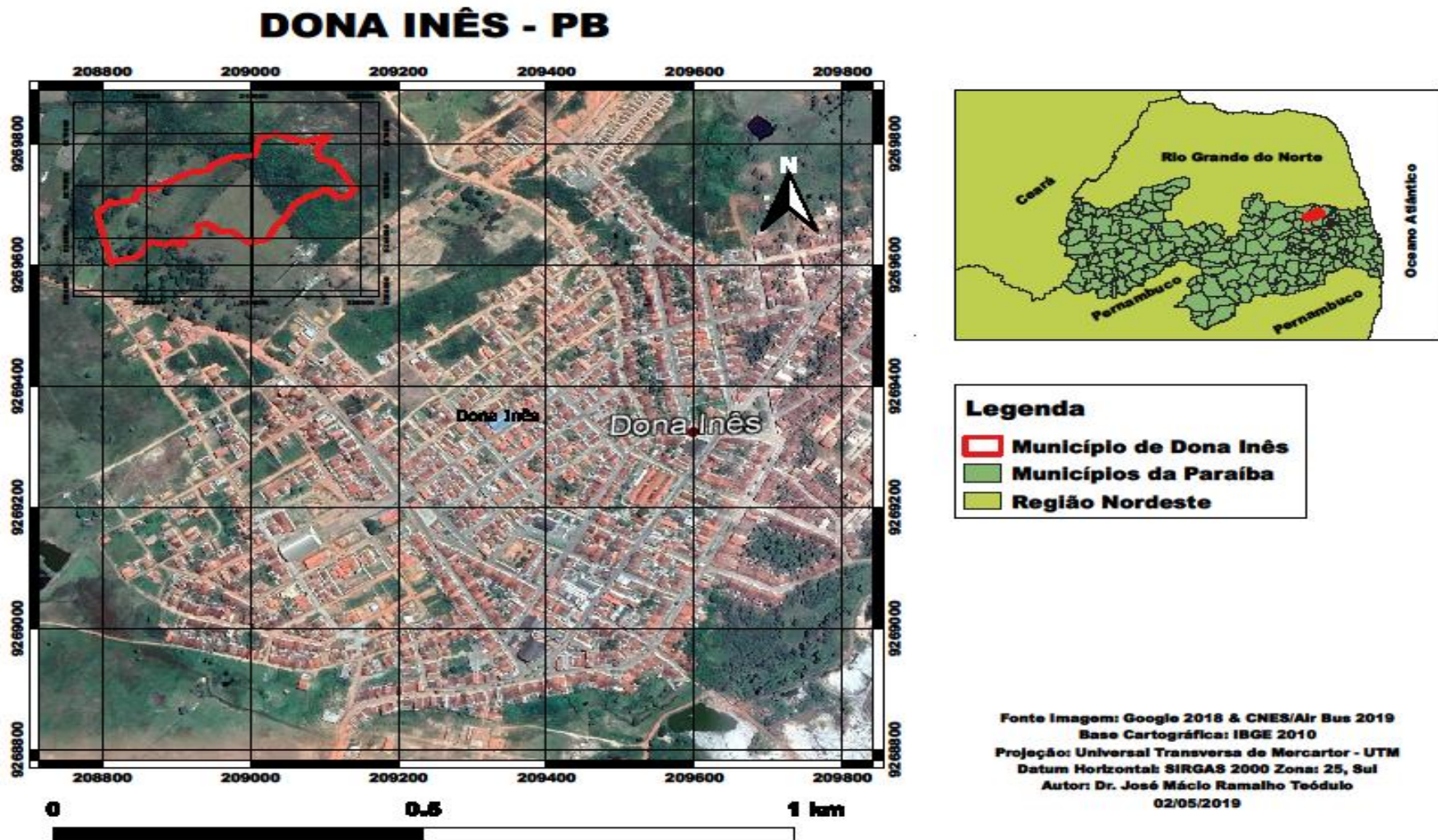
Tal mudança refletiria em uma própria necessidade de se reinterpretar os pensamentos reinantes na época. Dessa maneira, se o pensamento em voga no período colonial, era preponderantemente dominado pelo clero (MOTA, 1990). Com o fim do regime monárquico e a ascensão da república, o incentivo para a implementação de carreiras a níveis administrativos e políticos aumentaram.

No século XIX, foram criadas as primeiras escolas superiores, direcionadas principalmente às áreas de direito, medicina e engenharia. Estavam constituídos os primeiros centros urbanos de atividade intelectual no Brasil, ligados na maioria das vezes às influências vindas dos pensamentos desenvolvidos na Europa. (MIRANDA, 2013).

Dona Inês começou sua colonização no final do século XIX para o início do século XX quando surgiram pequenos sítios e fazendas. De acordo com a história os primeiros moradores foram José Paulino da Costa, Pedro Teodoro da Silva e Pedro José Teixeira. De acordo com Galdino (2014) possivelmente o povoamento se deu neste lugar por ser um ponto intermediário entre as feiras de Nova Cruz-RN, Araruna e Bananeiras-PB.

De acordo com informações extraídas do site do IBGE, no censo 2010 o município possuía 10.517 habitantes, e apontava para um decréscimo desse número estimando para o ano 2017 apenas 10.383 munícipes. O município de Dona Inês, integrante do Estado da Paraíba, está localizado sob as coordenadas geográficas 6°36'18" de latitude Sul e 35°37'35" de longitude Oeste, fazendo parte da Região Imediata de Guarabira e da Região intermediária de João Pessoa (IBGE, 2017). Depois de algumas áreas de litígio o município passou a compor 173,6 km².(Lei 11.259). (Figura 01):

Figura 01 – Localização geográfica do município de Dona Inês – PB.



Fonte: Dr.: José Mácio Ramalho Teódulo – 02/05/2019.

A imagem que representa a localização geográfica de Dona Inês/PB faz um recorte do perímetro urbano e áreas rurais no município no contexto territorial da Paraíba no Nordeste brasileiro. Essa configuração territorial já passou pelas diferentes condições políticas, tendo sido uma povoação que se tornou Vila e Distrito de Bananeiras – PB até chegar a sua emancipação política em 1959 (IBGE, 2010).

A área territorial de Dona Inês é de 173,6 km² conforme Lei 11.259 de 28 de dezembro de 2018, constatado pelo ANEXO LXXIV da referida Lei, que consolida e moderniza a divisão intermunicipal do Estado da Paraíba e das outras providências (ANEXOS A e B) e tem como bioma a caatinga. Estando distanciando 160 km da Capital do Estado, João Pessoa. Limita-se com Tacima, à leste; Cacimba de Dentro à oeste; Araruna e Riachão, ao norte; Bananeiras e Solânea, ao sul; Galdino (2016).

A referida nomenclatura se deu em alusão a uma mulher que foi vista por vaqueiros quando procuravam gado desgarrado por aquela redondeza. Durante as buscas os vaqueiros viram uma coluna de fumaça e acharam estranho, pois imaginavam não existir moradores por ali. Ao aproximarem do local de onde saía a fumaça viram uma mulher de cor branca acompanhada de um serviçal negro à sombra de um cajueiro, ao lado de uma cacimba. A senhora disse se chamar Inês e que seria “Senhora de Engenho” em Pernambuco (IBGE, 2010).

Reconhecido e institucionalizado a partir da publicação da Lei Nº 2.141, de 19 de junho de 1959, com divulgação oficial em 15 de novembro do mesmo ano o Município e ganha autonomia administrativa, tornando-se emancipado, IBGE (2010). A sede (cidade) do município encontra-se em média 421 metros acima do nível do mar. O acesso é feito a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/BR 104/PB 105/PB 103 (CPRM 2005).

A pesquisa intitulada projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Estado da Paraíba: Diagnóstico do Município de Dona Inês realizada pela Serviços Geológicos do Brasil - CPRM (2005) diz que a área territorial do Município é de 132 km². Isso não implica dizer que o órgão errou na divulgação do território inessense, possivelmente ele tenha utilizado fonte desatualizada.

Durante realização censitária em décadas de 1990 a 2000, parte do Município de Dona Inês fora atribuída ao Município de Solânea/PB. Um equívoco identificado por Manoel Ferreira de Araújo. Em entrevista concedida a pesquisa, Araújo (2019) afirma ter relatado o caso em 1990 ao Prefeito Ramon Ferreira, alertando-o sobre a

perda territorial que o Município estava sofrendo. No entanto, o Prefeito não tomou providências para que houvesse uma reparação do equívoco.

A partir do então equívoco, constatou-se que passou a existir um litígio territorial, onde o município de Dona Inês estava perdendo os Sítios Pinhões, Miguél, Riacho de Areia, Estrela, São Luiz, Capivara, Balanço e Simião, sendo tais áreas anexadas ao município de Solânea/PB. Somando as dimensões territoriais destes sítios, chegamos aos 34 km², além de um considerável contingente populacional que estavam sendo diminuídos de Dona Inês/PB para Solânea/PB. O mais grave nessa situação é percebermos que o município de Solânea insiste em puxar as populações desses sítios para a sua base eleitoral, estimulando transferência de títulos eleitorais, mas quando se trata das políticas públicas essenciais como transporte escolar, saúde, melhoramento de rodagens, máquinas agrícolas entre outros serviços, são todos mantidos pela prefeitura municipal de Dona Inês/PB.

De acordo com o entrevistado Neco Loló (2019) o problema fora identificado na gestão do prefeito Ramon Ferreira (1988/1991), mas só começou a ser debatido na gestão de do prefeito Luiz José (1992). Este demonstrou interesse no caso e ao se inteirar do problema procurou providências.

O Prefeito enviou um ofício (ANEXO C) ao IBGE/PB comunicando o imbróglio e solicitando reparação. Em resposta, o IBGE enviou um Funcionário chamado Joca, que prometeu fazer um levantamento da área e aplicar a deliberação cabível. Posteriormente, o IBGE por meio de ofício (ANEXO D) informou que a solução coesa só poderia ser dada através de um Mapeamento topográfico e na inexistência deste, colheu informações junto a população e não seria aplicada alteração.

Segundo o entrevistado Neco de Lolô (2019), em 2002 o Prefeito Luiz José solicitou que o IBGE-PB informasse para qual município os dados daqueles Sítios foram contabilizados. Recebera a resposta que os dados estavam sendo contabilizados para Solânea/PB. Então, via ofício, a gestão recorreu à diretoria de pesquisa no Rio de Janeiro. Como embasamento, pede que analise as Leis 2.114 que cria o Município de Dona Inês e a Lei 318 que criou a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado da Paraíba.

A reintegração dos Sítios, já mencionados anteriormente, ao município de Dona Inês/PB fora informado em 11 de Abril de 2002, pelo ofício 067/02. (ANEXO E)

Cabe ressaltar que segundo Neco de Lolô (2019) o Município está apresentando disparidade no limite com Tacima e que quando os limites municipais respeitarem a lei a área territorial será de aproximadamente 200 km².

Ainda de acordo com o entrevistado Neco de Lolô (2019), a partir de 2002 também foi identificado um trecho de litígio entre Dona Inês e Tacima/PB, em uma área estimada em mais de 30 km², conhecida como Bilingui, Mela bode, Serra do Sítio I e II, que são terras que ficam as margens do Rodovia Estadual PB-073 e com significativa presença de população identificadas como de Dona Inês/PB e são assistidas pelas políticas públicas locais, mas para o IBGE passou a ser recenciada como de Tacima, acarretando perdas territoriais e demográficas. Acompanhado os moradores locais, percebemos que os mesmos são atendidos em escolas e postos de saúde e, as crianças da zona rural em idade escolar, se beneficiam pelo sistema de transporte municipais de Dona Inês.

Quando o estudo sobre geografia política de base territorial local se confronta com a realidade dos municípios, podemos perceber que existem nuances aparente imperceptíveis, mas se estudados mais detalhadamente, podemos encontrar os diferentes interesses e disputas territoriais locais que interferem diretamente em direitos e garantias, como recursos públicos a serem repassados pelo governo federal e estadual, oriundos das políticas públicas de saúde, educação, seguridade social entre outros.

A contribuição geográfica e histórica de populares como o sr. Manoel Ferreira (2019), marcam uma profunda compreensão política e administrativa, que nem sempre são consideradas ou percebidas pelos políticos que assumem o poder executivo local. As perdas territoriais e demográficas de um município pequeno como Dona Inês, podem representar a diminuição de recursos públicos para o atendimento a sua população. Isso implica em mais gastos, pois o governo municipal continua atendendo as famílias que se encontram nos limites municipais, mas, em função dos erros censitários, passam a existir quebras territoriais e de identidade da própria população.

4 O PODER POLÍTICO EM DONA INÊS/PB

De acordo com Maia (2019), a vila de Dona Inês era um território muito pequeno, controlado pelos grandes proprietários de terras de Bananeiras/PB, à exemplo da família oligárquica Bezerra, que controlava as terras com cana-de-açúcar, algodão, sisal e gado. Os moradores de Dona Inês eram vistos apenas como trabalhadores e eleitores em tempos político-eleitorais.

Vale destacar que os povoados e vilas dentro de município e até mesmo um distrito, não detêm quase que nenhum poder político local, pois os povoados e vilas são locais embebidos pelo mundo rural, onde os senhores de terras controlam os espaços agrários e por consequência, os povoados e vilas estão sob o controle territorial desses senhores.

No entanto, com o passar dos tempos o povoado de Serra de Dona Inês começa a apresentar um modesto crescimento e “em 1943, por força do decreto lei 520, a pequena povoação passou a condição de Vila pertencente ao município de Bananeiras”. E que na divisão administrativa do Brasil referente ao o quinquênio 1944/48 apresentava-se como Distrito de Bananeiras/PB, IBGE (2017). Porém, segundo Maia (2019) alguns de seus moradores começaram a almejar um crescimento mais significativo para aquele lugar.

De acordo com o entrevistado,

“Movidos pela necessidade de crescimento do Distrito de Serra de Dona Inês, tanto na ampliação do comércio quanto na formação educativa escolar da população e levando em consideração o pouco caso em que Bananeiras assistia o distrito de Dona Inês, o senhor José Tomaz de Aquino (conhecido como Zé Cardoso) e os vereadores Manoel Leonel da Costa, conhecido como seu Leonel Paulino Luiz Pedro da Costa, conhecido como seu Lulinha, estes eram de Dona Inês, mas eram vereadores em Bananeiras, que para assistir as reuniões saiam de Dona Inês para Bananeiras cada um com Dois Cavalos porque quando um tivesse cansado passaria para o outro cavalo. Então, eles iam de Dona Inês para Assistir às sessões da Câmara Municipal, intermediados pelo vereador Bananeirense o senhor Eloé Farias. Juntados os vereadores representantes de Distrito de Borborema e Dona Inês, propuseram e conseguiram aprovar a Câmara de Bananeiras a resolução número 36, de 17/04/1959. Esta resolução concedia o desmembramento ao Distrito de Dona Inês. Dona Inês já passaria a ser desmembrada de Bananeiras, contando com o Empenho do Então Deputado Estadual da época Humberto Coutinho de Lucena que conseguiu na Assembleia Legislativa apresentar o projeto de lei número 231/58, que criava o município de Dona Inês. Este projeto nascera composto

por 10 artigos, no entanto, quando chegou na comissão de constituição e Justiça fora apresentada duas emendas pelo Deputado da época, Dr. Clóvis Bezerra Cavalcanti, que era deputado Estadual filho de Bananeiras, irmão de Mozart Bezerra. Então ele fez o quê? ele apresentou duas emendas ao projeto de lei, uma que diminuía os limites territorial do futuro município e a outra suprimia a comarca, isto é, dona Inês no projeto original apresentado por Humberto Lucena nossos limites iam até Belém dona Inês iria se limitar com Belém o que foi que Dr. Fez? Ele reduziu nossos limites, nós passamos a limitar-se com Bananeiras, utilizando o Rio Curimataú como marco Divisor. Perdendo assim dezenas de quilômetros de extensão territorial, com raiva porque o município de Dona Inês estava se emancipando, com isso Dona Inês continuou dependendo de Bananeira que até hoje continuamos dependendo de Bananeiras pelo Cartório Eleitoral assim em 19/06/1959. O então governador Pedro Moreno Gondim homologou a lei, de N° 2.141 publicado no diário oficial em 21/06/1959 dando ao Distrito de Serra Dona Inês sua autonomia política administrativa, no entanto sua instalação oficial se deu no dia 17/11/1959. Deixando o topografo serra e ficando oficialmente Dona Inês, homenagem a primeira pessoa encontrada na região. Daí a vida da população foi mudando aos pouco, o município começou a se organizar e crescer e hoje temos um município em considerável crescimento (Entrevista realizada com prof. José Wellington de Azevedo Maia, dia 11/05/2019).

A autonomia administrativa ocorreu por força da Lei 2.141, de 19 de junho de 1959, sendo sua instalação oficial em 15 de novembro do mesmo ano, desmembrado de Bananeiras e formando apenas um Distrito, o da Sede, desaparecendo o início do topônimo, ficando com a denominação de Dona Inês (IBGE, 2017).

Cabe ressaltar que de acordo com a entrevista com Maia (2019) o Município de Dona Inês em seu projeto inicial era respaldado em 10 (dez) artigos (ANEXO E) No entanto, o Então Deputado Estadual Clóvis Bezerra apresentou a emenda N° 40, do projeto de lei N° 231/58 sucumbindo o artigo 8 (ANEXO F). Este artigo garantia que ao recém-criado município sua própria comarca. Mas, como Clóvis Bezerra era um político ligado ao município de Bananeiras, ele não tinha interesse nessa independência total, deixando Dona Inês dependente dos serviços jurídicos de Bananeiras/PB.

A outra emenda apresentada pelo Deputado Clóvis Bezerra, alterava o parágrafo único do artigo 1º onde o município iria limitar-se com Belém/PB, ao norte, e a partir da qual o limite passara a ser o Rio Curimataú, o outro lado continuou anexado ao município de Bananeira/PB.

Sob a influência política de Bananeiras/PB, o recém criado município de Dona Inês/PB, emancipado oficialmente em 1959, passou a ser liderado politicamente por duas importantes lideranças locais, como José Tomaz de Aquino primeiro nomeado para o cargo entre os anos de 1959-1960 e o grande proprietário de terras e engenhos Mozart Bezerra, grande liderança política em Bananeiras, que passou a comandar o município de Dona Inês entre 1960-1963, sendo o segundo prefeito e o primeiro realmente eleito pela população (Figuras 02 e 03):

Figura 02. José Tomaz de Aquino
Prefeito de Dona Inês de 1959 à 1960



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Figura 03 Mozart Bezerra
Prefeito de Dona Inês de 1960 à 1963



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Observamos que mesmo com a emancipação política de Dona Inês, o primeiro prefeito foi uma indicação política, sem eleição da família oligárquica de Mozart Bezerra, que logo em seguida, se lançou candidato a prefeito e foi eleito com 100% dos votos, pois não houve nenhuma oposição.

José Tomaz de Aquino, serviu apenas como um político de passagem que contribuiu pela emancipação política do município, mas cumpriu apenas um mandato “tampão” de apenas um (01) ano, enquanto se definia o período eleitoral, em que o mandatário político Mozart Bezerra, irmão de Clóvis Bezerra que era

Deputado Estadual, passassem a controlar a vida política local. Os dados indicam que a primeira eleição, nem candidato de oposição existiu (Tabela 01):

Tabela 01 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1960.

Cargo: Prefeito					
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	Mozart Bezerra Cavalcanti	UDN	496	100%	Eleito
	Total apurado		496		

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>

O poder político local ainda não era muito forte, pois os outros grupos estavam atrelados e controlados por políticos como Clóvis Bezerra, Mozart Bezerra e Joaquim Cabral de Melo. Como podemos acompanhar nos dados da Justiça eleitoral e dos nossos entrevistados, todos os primeiros prefeitos de Dona Inês foram eleitos por indicação e apoio da família Bezerra.

As Principais realizações do Prefeito Mozart Bezerra foram: Construção do Prédio da Prefeitura; construção do Prédio do Fórum; Construção do Mercado Público; Desapropriação de terras para expandir a Cidade; Pavimentação de parte da Avenidas Major Augusto Bezerra e Manoel Pedro; Construção do Prédio do Grupo Escolar José de Melo; Eletrificação de parte da Avenida Manoel Pedro.

Notamos que depois de três anos de mandato, Mozart Bezerra abriu mão do mandato para se candidatar a prefeito de Bananeiras e deixou em seu lugar o aliado Manoel Avelino da Silva, que terminou o mando. Na eleição seguinte se elege Joaquim Cabral com apoio de Mozart e Clóvis Bezerra. Essa é a clara dominação política oligárquica no recém criado município de Dona Inês.

Essa estrutura de poder segue um padrão marcadamente oligarca, pois todos os candidatos que eram indicados pela família Bezerra, nos primeiros anos de criação do município de Dona Inês tinha sua vitória vista como garantida. Apresentara como base a União Democrática Nacional (UDN). Uma clara estrutura desse poder, nota-se com mais um mandato tampão realizado pelo vice prefeito Francisco Avelino que assumiu o poder no lugar de Mozart Bezerra, entre 1963 a 1964 e que logo em seguida, ganhou as eleições o aliado político do grupo oligarca dos Bezerra, Joaquim Cabral de Melo (UDN), se tornando o político com o maior número de mandatos sob a égide do grupo oligarca dos Bezerra (Figuras 04 e 05):

Figura 04 Francisco Avelino da Silva
Prefeito de Dona Inês de 1963 à 1964.



Fonte:
<http://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Figura 05 Joaquim Cabral de Melo.
Prefeito de 1965 à 1968; 1973 à 1976.



Fonte:
<http://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Joaquim Cabral, um forte aliado da família Bezerra, proprietário de grande extensões territoriais dentro do município, foi o político com o maior número de mandatos sob a égide da velha e oligárquica política, que prevaleceu em Dona Inês de 1959 até 1992, perfazendo mais de 30 anos. Na eleição de 1964 houve uma primeira disputa acirrada entre Joaquim Cabral (UDN) e Francisco Adolfo (PSD). Mas os dois candidatos eram da mesma classe social, como fazendeiros locais (Tabela 02).

Tabela 02 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1964.

Cargo: Prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Joaquim Cabral de Melo	UDN	533	55,75%	Eleito
	Francisco Adolfo de Sousa	PSD	423	44,25%	Não Eleito
	Total apurado		956		

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

As principais realizações do Prefeito Joaquim Cabral de Melo no primeiro mandato: Iniciou a construção do Posto Médico da zona Urbana; Construiu Prédios Escolares nos Sítios Brejinho e Queimadas; Murou o Grupo Escolar Dr. José de Melo; Construiu e pavimentou a Praça José Matias; Pavimentou parte das Ruas Ana das Conceição Melo e José Paulino; Construiu a Praça em frente a Delegacia; Construiu o Bueiro da Via de Acesso ao Cajueiro.

De acordo com a entrevista realizada com o ex-vereador Antônio Bento, com a derrota de Francisco Adolfo (PSD), que teve o apoio de Humberto Lucena (oligarquia do Brejo) e José Maranhão (oligarquia de Araruna), e mesmo apresentando uma pequena variação percentual entre os dois candidatos a vitória de Joaquim Cabral de Melo (UDN), além de fazê-lo prefeito, serviu para alicerçar um grupo oligárquico que vigorou por trinta e dois anos, com sucessivas indicações de candidatos ao cargo de prefeito e consecutivas vitórias ininterruptas ao cargo.

Principais realizações do Prefeito Joaquim Cabral de Melo no segundo mandato: Concluiu a construção do Posto Médico (na zona urbana), equipou e colocou em funcionamento; Construiu uma Quadra de Esporte; Construiu um reservatório de Água denominado Tanque Novo; Pavimentou parte das Ruas José Carolino e Pedro Teixeira; Capacitou Professores e implantou o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) no Município.

No ano de 1964 o Brasil vivenciou o golpe militar, quando em sessão secreta, o Congresso Nacional torna ilegítima a permanência de João Goulart no governo. declarando a Presidência da República vaga, onde através uma eleição indireta fora eleito presidente o General Castelo Branco para concluir o mandato em vigência que iria até 31 de janeiro de 1966.

Período conturbado no cenário político Nacional, onde mesmo tendo sido eleito por uma eleição indireta ao cargo de Presidente, o General Castelo Branco ainda enfrentou problemas junto ao congresso para aprovar emendas constitucionais, Motta (1971). Problema este que o Presidente atribuiu a grande diversidade de representação que existira nas casas legislativas, câmara dos deputados e Senado Federal.

Diante das circunstância, no dia 26 de outubro de 1965 o Presidente lançou o Ato Institucional nº 2, que potencializava seus poderes concedidos através da Revolução de 1964. Em contrapartida causava um grande enfraquecimento do poder legislativo e em seu artigo 18, extinguiu todos os partidos políticos.

Recebendo crítica de aliados e opositores, de acordo com Motta (1971, p 63) “Os membros da oposição acreditavam, outrossim, que o objetivo do govêrno era mesmo o de limitar a dois o número de partidos políticos”. Posteriormente implantado e vivenciado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Ao decorrer do primeiro mandato, surge a necessidade de indicação de uma pessoa de seu agrado para a sucessão. De acordo com Maia (2019), o nome / personagem que convinha indicar “foi Antônio Luiz de Araújo, amigo e irmão do também fazendeiro Josué Lucas” uma expressa indicação de uma consolidação de controle e domínio nos campos territoriais e político do Município. (Figura 06). Retornando ao poder Joaquim Cabral para fazer seu 2º mandato correspondente ao período 1973 à 1976, que indica para seu sucessor Luiz José. (Figura 07).

Figura 06 Antônio Luiz de Araújo.
Prefeito de Dona Inês/PB de 1969 à 1972.



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Figura 07 Luiz José da Silva.
Prefeito de Dona Inês/PB de 1977 à 1982;
1993 à 1996; 2001 à 2005; 2005 à 2008.



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

A eleição do ano de 1968 foi marcada por apresentar uma grande quantidade de Candidatos: Antônio Luiz de Araújo Vice Prefeito: Arnaldo Gonçalves Viana, pelo partido político ARENA, 1 Antônio Justino Alves Vice Prefeito: Pedro Pereira da

Costa MDB1; Manoel Alves da Silva Vice Prefeito: José Paulino Neto ARENA 2; Manoel Alves da Silva Vice Prefeito: José Paulino Neto MDB2. (TRE-PB 2018).

Tabela 03 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1968.

Cargo: Prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>%Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Antônio Luiz de Araújo Vice Prefeito: Arnaldo Gonçalves Viana	ARENA1	637	37,25%	Eleito
	Antônio Justino Alves Vice Prefeito: Pedro Pereira da Costa	MDB1	573	33,51%	Suplente
	Severino Felix de Lima Vice Prefeito: José Antônio da Silva	ARENA 2	405	23,68%	Suplente
	Manoel Alves da Silva Vice Prefeito: José Paulino Neto	MDB2	95	5,56%	Suplente
	Votos nulos		30		
	Votos brancos		28		
	Total apurado		1.768		
	Eleitorado		2.300		
	Abstenção		532	23,13%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

A tabela 03 aponta como eleito o candidato Antonio Luiz de Araújo, no entanto, mostra um crescimento da forças opositoras. Considerando a totalidade de 2.300 votos, vimos que houve um elevado fatiamento destes entre os candidatos. Além disso, vimos uma abstenção bem expressiva, mostrando indisposição e/ou uma insatisfação dos eleitores para com o pleito eleitoral.

As Principais realizações do prefeito Antônio Luiz de Araújo foram: Construiu um Campo de Futebol; Construiu o Cemitério Público Santo Antônio; Construiu um Parque Infantil; Construiu o Almoxarifado do Prédio da Prefeitura; Fez aquisição de Ônibus para Transporte Escolar; Construiu uma lagoa no Povoado de Cozinha.

Ao se aproximar do término do mandato, chegara o período de campanha eleitoral. Se a anterior foi marcada pelo alto número de candidatos que se dispuseram a concorrer o cargo eletivo de prefeito, na eleição do ano de 1972 apenas o Senhor Joaquim Cabral de Melo teve sua candidatura homologada junto ao TRE-PB. (Tabela 04).

Tabela 04 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1972.

Cargo: Prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>%Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Joaquim Cabral de Melo Vice Prefeito: Antônio José da Silva	ARENA	1.189	100%	Eleito
	Votos brancos		584		
	Votos nulos		12		
	Total apurado		1.785		
	Eleitorado		2.584		
	Abstenção		799	30,92%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Observa-se que houve uma elevação no número de eleitores no Município, que já chegara aos 2584 votantes. Além disso, os dados presentes na tabela apontam para outro ponto curioso, os 584 votos em Branco; e os 799 eleitores que abstiveram o voto, ou seja, 30,92% dos votantes não se dirigiram às urnas para depositarem seus votos.TRE-PB (2019).

De acordo com Maia (2019), na eleição seguinte Joaquim Cabral, mesmo a contra gosto, indica Luiz José. O pedido partiu de forma enfática do Dr. Clóvis Bezerra, do município de Bananeiras, do qual Luiz José seria afilhado e amigo, e Joaquim Cabral achou melhor acatar a sugestão de sua liderança política. (Tabela 05).

Tabela 05 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1976.

Cargo: Prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>%Válidos</u>	<u>Situação</u>
	Luiz José da Silva Vice Prefeito: Severino G. de Araújo	ARENA	1.333	55,54%	Eleito
	Francisco Adolfo de Sousa Vice Prefeito: José de Azevedo Maia	MDB	708	29,5%	Não Eleito
	Antônio Justino Alves Vice Prefeito: Pedro Pereira dos S. Neto	MDB1	359	14,96%	Não Eleito
	Votos brancos		35		
	Votos nulos		24		
	Total apurado		2.459		
	Eleitorado		3.169		
	Abstenção		710	22,4%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Percebe-se que o número de eleitores continua em crescimento, passando dos 2.584, para 3.169 (tabela 04) munícipes aptos a escolherem seus

representantes. Além disso, verifica-se um decréscimo no número referente a abstenção que foi de 799, equivalente a 30,92% na eleição de 1972 para 710 correspondendo a 22,4% na eleição de 1976, tendo Luiz José consagrado prefeito eleito

Principais realizações do prefeito Luiz José da Silva no primeiro mandato: Colégio estadual; Construção da Praça dos Trabalhadores; Construção do Matadouro Público Municipal; Construção do Posto de Saúde de Serra do Sítio e Cozinhas; Construção do Centro Cultural; Implantou um Posto Telefônico, (TELPA); Reconstruiu quatorze casas populares na Rua Ana de Sousa Maciel; Reformou o Cemitério Jardim da Saudade; Eletrificou as Ruas Antônio Toscano de Araújo, Nova Brasília, e parte da Rua Presidente João Pessoa; Mantivera uma boa relação com as outras esferas governamentais e conseguiu benefícios significativos para o município. Com destaque para a Construção do Colégio. (Figura 08)

Figura 08 Escola Estadual do Ensino Médio Gov. Clóvis Bezerra



Fonte: do Autor. 20/maio/2019.

No passado, esta escola contemplava os ensino de 1º e 2º graus (visto hoje como Fundamental e Médio), o que viabilizou uma melhoria na escolaridade dos munícipes. Estando em funcionamento até os dias atuais, no presente oferece

apenas o ensino médio, mas ainda tendo sua relativa significância. A nomenclatura da escola elucida a importância que a Família Bezerra em Dona Inês/PB.

Ainda podemos elencar em sua lista de realizações a Implantação de meios fios, linha d'água e eletrificou o Loteamento terra Prometida; Pavimentou parte da Avenida Major Augusto Bezerra, e das ruas José Paulino, Professor Odilon Matias, Ana da Conceição Melo e da Alfredo Cantalice;

Segundo Santos (2019) “Luiz José construiu muito, fez obras que melhorou a qualidade de vida dos moradores de Dona Inês e tornou-se uma figura de destaque na política municipal”. O seu mandato foi acrescido de 2 (dois) anos, pois a Justiça Eleitoral fez um alinhamento para que numa única eleição o eleitor escolhesse seus representantes em todas as escalas. Ao término do mandato indica José Eugênio Cabral de Melo para disputar a eleição de 1982. (Figuras 09 e 10):

Figura 09 José Eugênio Cabral de Melo.
Prefeito de Dona Inês/PB de 1983 à 1988.



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Figura 10 Ramon Ferreira de Araújo.
Prefeito de Dona Inês/PB de 1989 à 1992.



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Segundo Maia (2019) apesar de ser o filho homem que detinha o poderio econômico, concentrando mais de 3.000 hectares de terras, grande produção agrícola através de cultivo próprio e de cobranças de parte da produção dos

moradores que cultivavam em suas terras, e com cerca de 2.000 cabeças de boi, José Eugênio era uma pessoa humilde. O resultado das urnas veio a ratificar o que toda população esperava, a confirmação da vitória do filho do fazendeiro Joaquim Cabral, o José Eugênio. (Tabela 06)

Tabela 06 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1982.

Cargo: Prefeito					
Nº	Candidato	Partido/Coligação	Votação	% Válidos	Situação
	José Eugenio Cabral de Melo Vice Prefeito: Dr. Ramon	PDS	1.346	55,83%	Eleito
	Francisco Adolfo de Sousa	PMDB	1.065	44,17%	Não eleito
	Votos nulos		84		
	Votos brancos		120		
	Total apurado		2.615		
	Eleitorado		3.880		
	Abstenção		1.265	32,6%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>

Analisando os dados fornecidos pelo tribunal regional da Paraíba (TRE-PB) referente aos resultados das eleições para o Município de Dona Inês, a eleição de 1972 registrou 1.265 eleitores que se abstiveram a participar efetivamente do processo eleitoral, em termos percentuais foram 32,6%, ou seja, praticamente 1/3 de todo eleitorado não demonstrou interesse no pleito.

O experimento feito pela Justiça Eleitoral de unificar todos os pleitos eletivos em uma única eleição não foi satisfatório. De acordo com Santos (2019) ocorreu uma elevação expressiva nos votos Brancos, nulos e até mesmo em abstenção. E para fazer o desalinhamento das campanhas eleitorais os prefeitos de então receberam mais 2 (dois) anos de mandato

Principais realizações do Prefeito José eugênio Cabral de Melo: Construção de Escolas Municipais nos Sítios Boa Vista, Lagoa de Serra, Serra do Sítio I, Lajedo Preto, Cajazeiras, Mata, Lagoa do Braz, Pimenta I, Zé Paz I e II; Construiu a Escola Mundo Encantado da Criança; Fez a cobertura da Quadra de Esporte; Construiu açudes na zona rural; Construiu o Prédio da Câmara Municipal; Eletrificou a Rua Luiz Justino, a sede do Povoado de Cozinha e parte dos Sítios Canafístula, Cruz da Menina, Oiticica e Marias Preta; Pavimentou a Rua Manoel Ângelo, e parte das Ruas Alfredo Cantalice, José Paulino, Prof. Odilon Matias, Antônio Toscano, Pedro

Paulino, Manoel Praieiro, Ana de Sousa Maciel, José Carolino, Cícero Noé, Nova Brasília e os canteiros ao lado do conjunto da CEHAP.

Nesta eleição aconteceu a volta do pluripartidarismo, propiciado pela a lei nº 6767 de 20 de dezembro de 1979, em que sua ementa modificava os dispositivos da “Lei nº 5682, de 21 de julho de 1971, nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional nº 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-Lei nº 1541, de 14 de abril de 1977; e dá outras providências”. www.camara.leg.br. Abrindo caminho para uma redemocratização no Brasil.

De acordo com Dambros (2017), foi em 1985 que efetivamente a redemocratização se instaurou no Brasil, como se vivenciava um regime totalitário, se fazia necessário uma reeducação e reorganização no meio estatal e social da política brasileira. Esse rearranjo político contou com a efetiva colaboração da população através dos movimentos em pró de uma abertura democrática e da “direta já”, onde o povo poderia gozar do direito de efetivamente escolher seu representante através do seu voto.

De acordo com Antônio Bento, Luiz José ainda compunha o grupo Cabral de Melo, ou seja, ainda fazia parte da mesma parentela, “rede de solidariedade econômica (auxílio econômico aos membros) e político (garantia de lealdade política)” Fausto (2006, p 186). Que para melhor compreensão o referido autor acrescenta “aliança de base afetiva e de interesses econômicos e políticos, relacionando-se de forma harmoniosa, com possibilidade de competição e rivalidade, podendo, contudo, ocasionar rupturas em seu interior”.

De acordo com Santos (2019), ao se aproximar da campanha de 1988 Luiz José buscou o grupo Cabral de Melo a fim de que seu nome fosse indicado para pleitear a eleição. Mas seus anseios foram negados e recebeu a indicação Ramon Ferreira de Araújo, filho do fazendeiro Josué Lucas e amigo de confiança dos Cabral. O que causou um descontentamento em Luiz José que buscou apoio e lançou-se candidato opositor à seu antigo grupo. Estes são alguns dos desdobramentos políticos observados e que até certo ponto, representam um pouco de como funcionam os grupos políticos no interior dos estados brasileiros, nitidamente apresentado no município de Dona Inês/PB no início da redemocratização do Brasil (Tabela 07):

Tabela 07 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1988.

Cargo: Prefeito					
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
22	Dr. Ramon Vice Prefeito: José Ednaldo Justino de Araujo	PL	2.156	55,55%	Eleito
40	Luiz José da Silva Vice Prefeito: José Fabiano da Costa Teixeira	PSB	1.725	44,45%	Não Eleito
	Votos brancos		877		
	Votos nulos		47		
	Total apurado		4.805		
	Eleitorado		5.389		
	Abstenção		584	10,84%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Depois da contagem dos votos confirma-se eleito o senhor Dr. Ramon. Obteve 2.156, ou 55,55% dos votos válidos, contra os 1.725 que seu opositor veio a receber. O município já atingia os 5.389 eleitores aptos a escolherem seus representantes, destes 584, ou seja, 10,84% se abstiveram do pleito eleitoral. Observa-se também que, 877 votantes não optou por nenhum candidato, votou em branco.

De acordo com Luiz José (2005), “levando em consideração todos os seus feitos durante o período em que esteve à frente da prefeitura, e pela demonstração de apoio visto em suas andanças pelo Município, tinha por certo a vitória”. O que não foi confirmado após as contagens dos votos.

Segundo Maia (2019) o mandato de Ramon Ferreira apresentou poucas realizações, conforme discriminação: Pavimentação da Rua Luiz Justino, de parte das Ruas José Carolino e Prof. Odilon Matias; Construção de 20 casas populares; Construção da Escola no Sítio Serra do Sítio II; Cobertura do Anexo da Quadra de Esporte Construção de duas Lombadas. Ficando marcado por apresentar um mandato medíocre, por deixar a formação de lixões espalhados pelas ruas da cidade, e pela falta de empenho para eleger seu sucessor na campanha de 1992.

A eleição do ano de 1992 foi marcada pelo confronto direto entre o Filho do fazendeiro Joaquim Cabral, José Eugênio Cabral de Melo, e Luiz José da Silva, que nascera para a política a partir da indicação para pleitear a eleição do ano de 1976, que o fez prefeito de Dona Inês na ocasião. Grupo oligárquico que vigorava no poder

até então, mas segundo Santos (2019), por está fragilizado pelo fraco desempenho político apresentado por Ramon.

Apesar de não ter vencido a eleição de 1988, o novo grupo político liderado por Luiz José ganhou experiência e de acordo com Wilma Almeida (2004) ganharam tempo para montar estratégias para coibir um erro estruturante nas campanhas do Município de Dona Inês/PB, a compra de votos. Prática comum onde os votos eram tidos como mercadorias, e comprados às vésperas da campanha, muitas vezes na noite que antecedia o pleito eleitoral pelos donos do dinheiro.

Segundo Wilma Almeida (2004) para a eleição 1992, ela percebeu a necessidade de montar uma estrutura política que fosse capaz de trazer um nivelamento entre os grupos no pleito eleitoral. Para isso, criou o Movimento de Apoio Popular (MAP), um grupo de integrantes, na maioria jovens que desejavam outros rumos políticos diferente do que se arrastava por 32 anos no Município de Dona Inês/PB, a oligarquia Cabral. Vistos, tidos e com comportamento militantes, seus integrantes estavam sempre dispostos a defenderem as orientações sugeridas e com ares de ordenadas pela sua idealizadora (Tabela 08):

Tabela 08 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1992.

Cargo: Prefeito					
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
15	Luiz José da Silva	PMDB	2.409	51,16%	Eleito
25	José Eugenio Cabral de Melo	PFL	2.300	48,84%	Não Eleito
	Votos brancos		507		
	Votos nulos		40		
	Total apurado		5.256		
	Eleitorado		6.403		
	Abstenção		1.147	17,91%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Wilma Almeida (2004) relata em vídeo contido no DVD intitulado *História Política do Município de Dona Inês, a política de 1988 e 1992 e o MAP*. O grupo militante MAP desempenhou seu papel de forma exemplar, na noite que antecedia a campanha, se fizeram presentes nas ruas e impediram o que Wilma chamou de erro estruturante, porém habitual no Município, **a compra de votos**. Conseguindo desta forma obter a vitória nas urnas, mesmo havendo uma grande diferença financeira entre os grupos políticos envolvidos no pleito.

A disputa foi acirrada, com Luiz José obteve 2.409 votos, correspondendo à 51,16% dos votos válidos, contra os 2.300 ou 48,84% que recebera seu opositor José Eugênio. A abstenção foi de 17,91% e contabilizou-se 109 votos de maioria em pró de Luiz José. Pondo um fim em uma oligarquia que começara no início da Década de 60 e perdurou até os anos iniciais da década de 90. A partir de então, começara a se configurar uma nova conjuntura política no Município.

Como vimos anteriormente, Luiz José chegou ao poder pela primeira vez através da indicação do grupo Cabral de Melo. Porém a ambição pelo poder levou-o a um rompimento com seu antigo grupo e em 1992 volta a ficar a frente do poder político do Município. A partir de então ver-se nascer uma nova parentela, onde o sobrenome José estava a frente do cenário político de Dona Inês/PB.

De acordo com os dados extraídos do TRE (1996) e que serão elencados ao longo desta pesquisa, percebe-se que em números reais Luiz José foi o personagem político que mais esteve efetivamente com o controle do poder em suas mãos, somatórias foram 18 (dezoito) anos sendo Prefeito de Dona Inês/PB (Tabela 09):

Tabela 09 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 1996.

Cargo: Prefeito					
Nº	Candidato	Partido/Coligação	Votação	% Válidos	Situação
15	Antônio Justino de Araújo Neto Vice Prefeito: Clídenor	PMDB	3.128	58,03%	Eleito
25	Ana Lucia de Moraes Araújo Vice Prefeito: Manoel Wanderley da Costa Teixeira	PFL	2.262	41,97%	Não Eleito
	Votos brancos		44		
	Votos nulos		44		
	Total apurado		5.478		
	Eleitorado		7.314		
	Abstenção		1.836	25,1%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>

O tempo em que o político Luiz José comandou Dona Inês/PB, corresponde aos períodos 1977 à 1982; 1993 à 1996; 2001 à 2005; 2005 à 2008. Podendo ainda ser somado mais 4 (quatro) anos referente ao primeiro mandato de sua indicação a sucessor Antônio Justino, que até certo ponto, passou a representar um novo tempo na vida política e administrativa local.

Vimos que Antônio Justino vence as eleições com uma considerável margem positiva de votos, foram 3.128 votantes a favor do candidato indicado por Luiz José e 2.262 votos depositados a favor da candidatura oposicionista. De acordo com Maia (2019), Ana Lúcia de Moraes Araújo parecer um nome novo no cenário político local, trata-se da Esposa do ex-prefeito Ramon Ferreira de Araújo, que governou o Município no período de 1989 à 1992.

Principais realizações do prefeito Antônio Justino de Araújo Neto no primeiro mandato: Construção de passarela de pedestre na entrada da Cidade; Passagem molhada no Sítio Caiçara, construção da Praça do Jardim Primavera; Construção da usina de compostagem e reciclagem de lixo; Construção da Praça na Rua Nova Brasília; Eletrificação do acesso ao Cemitério Santo Antônio, do Sítio Umarizinho, de parte das Ruas José Fabiano, Luiz Soares e da Avenida Major Augusto bezerra, recebendo destaque a construção Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador Humberto Lucena (Figura 11)

Figura 11 Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador Humberto Lucena.



Fonte: do Autor. 20/maio/2019

É na estrutura da Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador Humberto Lucena que é oferecido aos munícipes o ensino fundamental – segunda fase. Sua nomenclatura também faz referência às forças políticas exógenas, mas que exercem influências na política local.

Outros destaques da administração do prefeito Antonio Justino foi o melhoramento da eletrificação/iluminação do Estádio o Luizão; Ampliação e reforma da Garagem da Prefeitura; pavimentação de partes das Ruas Pedro Teixeira, Ana da Conceição Melo, Antônio Rafael, Antônio Toscano e todo o Conjunto da CEHAP; Construção das Escolas Municipais na zona rural no Sítio Pimenta II, Sítio Pedra Lisa e Sítio Cruz da Menina; e na zona urbana a Escola Municipal Prof. Luquinha.

Com característica conhecida por todos como uma pessoa popular, afirma Santos (2019), Antônio Justino começou a demonstrar potencial político, conquistando membros do grupo opositor como foi o caso de João Idalino, que vem a ser seu futuro vice prefeito em duas oportunidades e posteriormente recebe indicação de Justino para o cargo de prefeito (Figura 12 e 13):

Figura 12 Antônio Justino de Araújo Neto
Prefeito de Dona Inês/PB de 1997 à 2000; 2009 à 2012; 2013 à 2016.



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

Figura 13 - João Idalino
Prefeito de Dona Inês/PB em exercício.



Fonte:
<http://://httpswww.slideshare.net/lzaBelCristina6/os-prefeitos-de-dona-ines>

De acordo com Santos (2019), um ponto positivo do Prefeito Antônio Justino foi não lançar-se candidato para concorrer à eleição subsequente, tendo em vista que a lei da justiça eleitoral lhe resguardava o direito. Mas mesmo assim, em demonstração de respeito e lealdade ao grupo Antônio abdicou do direito de

reeleição e lança o seu padrinho político Luiz José para concorrer à eleição do ano 2000 (Tabela 10):

Tabela 10 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2000.

Cargo: Prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido / Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
15	Luiz José Vice-prefeito: Elmo José da Silva	PMDB	3.498	64,05%	Eleito
25	Dr. Ramon Vice-prefeito: Napoleão Rodrigues de Sousa	PFL / PT	1.963	35,95%	Não Eleito
	Votos nulos		303		
	Votos brancos		50		
	Total apurado		5.814		
	Eleitorado		6.151		
	Abstenção		337	5,48%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>

Que se consagra eleito com a maior aprovação nas urnas conforme mostra a ao contabilizarmos os dados obtidos no site do TRE-PB, vimos que Luiz José entrara para o seu terceiro mandato como Prefeito do Município de Dona Inês/PB. Além de ter obtido a maior aprovação no pleito eleitoral, destaca-se também a maior participação do eleitorado nas campanhas eleitorais, com uma abstenção de apenas 5,48%.

De acordo com Silva (2019) o cenário político em Dona Inês estava em estado de calma, tendo em vista que os números apresentados no pleito eleitoral mostrou uma oposição que, de certa forma, não oferecia ameaça. Além disso, as principais figuras políticas do momento estavam em uma aliança que até aparentava que duraria por longas datas, que eram Luiz José e Antônio Justino. Dirigindo a prefeitura, um Prefeito Institucional e o outro advogado da instituição.

De acordo com Maia (2019), o mandato referente período 2001/2004 do então prefeito teve o comportamento semelhante aos seus mandatos anteriores, com obras estruturantes para o Município. Porém destacaram-se dois pontos da gestão: o tratamento para com os próximos estava se tornando mais hostil e o fato de não abrir mão do direito de concorrer à eleição subsequente, ou seja, Luiz se auto indicou para pleitear a eleição de 2004 (Tabela 11):

Tabela 11 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2004.

Cargo: Prefeito					
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% Válidos	Situação
15	Luiz José Vice-prefeito: Elmo	PP / PMDB	3.865	63,38%	Eleito
45	Napoleão Vice-prefeito: Dr. Ramon	PT / PSDB / PFL	2.233	36,62%	Não Eleito
	Votos nulos		318		
	Votos brancos		76		
	Total apurado		6.492		
	Eleitorado		7.502		
	Abstenção		1.010	13,46%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Após apuração, de acordo com TRE-PB, o candidato sai vitorioso nas urnas com uma aprovação/aceitação dos eleitores, obtendo 63,38% dos votos válidos. Como já mencionado em parágrafos anteriores, onde Maia (2019) vislumbra certa hostilidade do Prefeito, isto se intensifica período 2005 à 2008 no referente ao mandato. Trazendo desgaste político, demonstrando uma desvalorização da equipe política e evidenciando o desejo de formação uma nova equipe ao ponto de indicar o primo Gilson José e wellington Maia pleitear a campanha.

Segundo Santos (2019), a população almejava Antônio Justino como indicação de Luiz, mas ele não considerou a vontade popular e deixando-o de fora do seu grupo político. No entanto, Antônio filiou-se PSB / PTB e lançou Candidatura independente. Na disputa da campanha estava também Dr^a Ana, esposa do ex-prefeito Ramon.

Como desfecho, mesmo existindo fortes grupos políticos oriundos da velha política oligarca, a campanha mostrou eleito Antônio Justino com 43,27% dos votos válidos, resultado pouco esperado, já que ele apresentava a menor estrutura dentro do contexto político, pondo Fim na hegemonia política da família José que perdurou de 1992 à 2008 (Tabela 12):

Tabela 12 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2008.

Cargo: Prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido/Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
40	Antônio Justino Vice-prefeito: João Idalino	PTB / PSB	2.933	43,27%	Eleito
15	Gilson José Vice-prefeito: Wellington Maia	PMDB	2.600	38,35%	Não Eleito
25	Ana Vice-prefeito: Edione	PSDB / DEM	1.246	18,38%	Não Eleito
	Votos nulos		408		
	Votos brancos		59		
	Total apurado		7.246		
	Eleitorado		8.543		
	Abstenção		1.297	15,18%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

De acordo com Maia (2019), Antônio Justino proporcionou a população um tratamento mais amigável e respeitoso, oferecendo um serviço de melhor qualidade e revigorou a parte social da população, atacando e corrigindo as falhas onde o grupo Luiz José estava deixando a desejar.

Usando o direito de reeleição, Antônio Justino se recandidata para concorrer à eleição de 2012, tendo como opositor Elmo José que obtivera 38,34% dos votos válidos. Sendo reeleito Antônio Justino, com 61,68% dos eleitores defendendo sua permanência como Prefeito de Dona Inês/PB, conforme dados do TER-PB. O Qual deu início ao seu terceiro período como prefeito do Município (Tabela 13).

Tabela 13 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2012.

Cargo: Prefeito					
<u>Nº</u>	<u>Candidato</u>	<u>Partido/Coligação</u>	<u>Votação</u>	<u>% Válidos</u>	<u>Situação</u>
40	Antônio Justino Vice-prefeito: João Idalino	PSD / PSB / PSDB	4.089	61,66%	Eleito
22	Elmo José Vice-prefeito: Amauri	PT / PMDB / PR	2.543	38,34%	Não eleito
	Votos nulos		392		
	Votos brancos		142		
	Total apurado		7.166		
	Eleitorado		9.158		
	Abstenção		1.992	21,75%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Destaca-se um elevado número de eleitores que se abstiveram de participar do pleito eleitoral totalizando 1.992 não votantes, correspondendo à 21,75%, fenômeno que tem mostrado uma oscilação elevada nas campanhas do Município. De acordo com Silva (2019) após a derrota do seu indicado na eleição de 2008, o ex-prefeito Luiz José saiu do cenário político, levando ao enfraquecimento de sua equipe política. Diante da desistência, o irmão Elmo José resolve concorrer às eleições, mas não obteve êxito. A partir de então se constatam sucessivas vitórias de Antônio Justino nas eleições municipais. Caracterizando a edificação da terceira parentela no Município.

Antônio Justino de Araújo Neto fora Prefeito de Dona Inês/PB no período de 1997 à 2000; por indicação de Luiz José. De acordo com Maia (2019) após ser dispensado pelo seu grupo de origem, Antônio buscou parcerias, fez alianças, e lançou-se candidato. Obtendo êxito na campanha, administra o período 2009 à 2012; faz uso do direito à reeleição, elege-se e governa o seu terceiro período - 2013 à 2016. Então chegara a hora de ser padrinho, ou seja indicar alguém, e o escolhido foi João Idalino. (Tabela 14):

Tabela 14 - Resultado das Eleições no Município: Dona Inês/PB, 2016.

Cargo: Prefeito					
Nº	Candidato	Partido/Coligação	Votação	% Válidos	Situação
55	JOÃO IDALINO Vice-prefeito: DEMÉTRIO	PSD / PP / PSDB	3.424	50,24%	Eleito
15	CLODOALDO Vice-prefeito: ELMO JOSÉ	PTB / PMDB / PSB / PR	3.391	49,76%	Não eleito
	Votos nulos		333		
	Votos brancos		114		
	Total apurado		7.262		
	Eleitorado		7.933		
	Abstenção		671	8,46%	

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

A indicação de Antônio Justino se elege, no entanto, a campanha foi a mais acirrada no Município, como mostra os números, em que João Idalino recebera 3.424 votos, ou seja, 50,24%, contra 3.391 ou 49,76% recebidos pelo candidato opositor, o Advogado Clodoaldo, representante do “Grupo José”. Uma diferença pró João de 33 votos, dentro de um universo de 7.262 votantes.

De acordo com a Assessoria de Comunicação Social do TRE-MS (2011) a Constituição Federal garante ao cidadão brasileiro vários direitos políticos, entre os quais está o de poder se candidatar a um cargo eletivo. Mas para isso faz-se necessário obedecer aos critérios de elegibilidade.

Para poder investir candidatura a pessoa precisa ter nacionalidade brasileira ou ser naturalizado; estar em pleno exercício dos direitos políticos; estar alistado na Justiça Eleitoral; ter domicílio eleitoral na circunscrição há pelo menos um ano antes do pleito e ser filiado a um partido político também há pelo menos um ano antes da eleição. Outra importante condição é a idade mínima exigida para cada cargo ao qual se deseja concorrer. A idade mínima é verificada na data da posse e são elas: dezoito anos para Vereador; vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito; trinta anos para Governador e Vice-Governador e trinta e cinco anos para concorrer a Presidente, Vice-Presidente e Senador. (TRE-MS, 2011).

Esses são os requisitos básicos regulados pela Constituição Federal para que um cidadão possa se candidatar a um cargo eletivo. No entanto, de acordo com Silva (2019) em Dona Inês/PB a chegada ao poder ainda precisa contar com outro requisito, o apadrinhamento político. Sem obedecer este requisito adicional nenhum político chegou ao poder neste Município.

Saindo um pouco do âmbito municipal e indo para o regional, Mariano Neto (2015) atenta para a existência de famílias, com características oligarcas, que se revezam no controle do poder político dos municípios brasileiros, com enfoque em Guarabira/PB. A situação de grupos oligárquicos também é constatada por Pereira da Silva (2014) no município de Itapororoca/PB. Onde a Família Fernandes se estruturou e consegue ter o controle do poder político no Município.

No cenário estadual, vários grupos oligarcas podem ser elencados, pois de acordo com Mariano Neto (2015)

[...], se destacaram mais de vinte (20) oligarquias, que se espalharam pelo Estado da Paraíba, e interferiram diretamente em algum momento da História política paraibana, entre elas: Almeida; Andrade, Aquino; Araújo; Pessoa; Bandeira; Borges; Braga; Brito; **Cabral**; Carneiro; Cavalcante; Coutinho; Cunha; Dantas; Leal; Lima; Lins; Lucena; Miranda; Melo; Moreira; Odilon; Paulino; Pimentel; Rego; Ribeiro; Targino; Toscano; Vasconcelos; Veloso; entre outras. Mariano Neto (2015, grifos nossos).

Esses grupos oligárquicos se instalam nos poderes políticos municipais muitas vezes pelo poder aquisitivo que possuem, outras vezes são introduzidos para defender os interesses de outros grupos de nível estadual e assim sucessivamente.

Representa uma grave falha no processo Democrático Brasileiro, onde o voto nem sempre representa os anseios de quem está votando, servindo mais para que as lideranças políticas cheguem aos seus objetivos

Voltando ao cenário inesense, segundo Silva (2019) todos os prefeitos que chegaram ao poder em Dona Inês/PB receberam o apadrinhamento político. Mesmo nas eleições que aparentam mudanças no rumo político da cidade, a exemplo da campanha dos anos 1992 com Luiz José pondo um fim na oligarquia Cabral, vale lembrar que sua primeira chegada ao poder foi em 1976 por indicação do mesmo grupo; bem como a campanha do ano 2008, com Antônio Justino tirando o poder da égide de Luiz José que o tinha indicado na campanha de 1996.

Tomamos como ponto de desfecho para as discussões a (Tabela 15)

Tabela 15 - Resultado das Eleições na Paraíba: Antônio Justino de A. Neto.

	Eleição	Nome	Nome na eleição	Cargo	Situação
1	2012 - 1º Turno	Antônio Justino de Araújo Neto	Antônio Justino	Prefeito	Eleito
2	2008 - 1º Turno	Antônio Justino de Araújo Neto	Antônio Justino	Prefeito	Eleito
3	1996 - 1º Turno	Antônio Justino de Araújo Neto	Antônio Justino de Araújo Neto	Prefeito	Eleito
4	1992 - 1º Turno	Antônio Justino de Araújo Neto	Antônio Justino de Araújo Neto	Vereador	Suplente

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes>.

Mesmo Chicute (2019) caracterizando Antônio Justino como sendo uma pessoa popular, no ano de 1992 Justino se candidatou para disputar o cargo de vereador, que no município de Dona Inês/PB não necessita de uma votação alta comparando a eleição para o executivo municipal, este não se elegeu como mostra a tabela, ficando na condição de suplente. E ao receber o apadrinhamento do senhor Luiz José, Antônio foi eleito prefeito em 1996 sem grandes dificuldades. Isto confirma/afirma a fala de Silva (2019) quanto à importância do apadrinhamento político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência dos seres humanos e de todas as espécies está vinculada a um lugar geográfico. A partir das ações desempenhadas pelos seres no sentido de moldar os lugares para que estes atendam seus interesses e domínios começam a se configurar territórios.

Durante os estudos para graduação em Geografia nos deparamos com temáticas que abordam território e política, assuntos trabalhados de formas mais abrangentes na cadeira de Geografia Política e Geopolítica, que compõe a grade curricular do curso.

Observa-se que inverter a ordem dos fatores fica mais evidente a relação de interdependência entre os membros, ao ponto que o poder político é manifestado em um território geográfico e que o território geográfico é uma derivação da ação do poder político. A partir de então, aguçou-se o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre o território geográfico e o poder político em Dona Inês – PB.

A presente pesquisa mostra que José Tomaz de Aquino (conhecido como Zé Cardoso) e os vereadores Manoel Leonel da Costa, conhecido como seu Leonel Paulino, Luiz Pedro da Costa, conhecido como seu Lulinha, atuaram bravamente para a emancipação política do município. Manoel Ferreira de Araújo ainda luta pela área territorial, concebida em lei, para que seja alcançada e respeitada

A partir desta pesquisa foi possível evidenciar que o poder político local se consolidou através da prática política comum da indicação, onde oligarcas como Joaquim Cabral de Melo faziam de seu poder aquisitivo uma forma de domínio sobre eleitores para se eleger e formar seus sucessores. Vale lembrar que essa forma de fazer política ainda é muito “eficiente” até os dias de hoje.

O referido Grupo Oligárquico foi o primeiro a se instaurar no Município de Dona Inês/PB. Este contou com o apadrinhamento político do Grupo Oligárquico Bezerra do Município de Bananeiras/PB, do qual Dona Inês foi desmembrada territorialmente, mas não politicamente. Ou seja, apesar da emancipação por direito, de fato o grupo Bezerra continuou a exercer seu domínio político em Dona Inês/PB.

O segundo grupo foi o José, que tinha como líder Luiz José da Silva, o qual chegou ao poder pela primeira vez através da indicação do Grupo Cabral a pedido do Então Deputado Estadual Drº Clóvis Bezerra, membro da Família oligarca Bezerra, de Bananeiras/PB. Dentre as obras realizadas por Luiz José destacamos o “Colégio Estadual” de nome Escola Estadual do Ensino Médio Governador Clóvis Bezerra Cavalcanti, homenagem feita por Luiz José a seu verdadeiro padrinho político.

Além dos dois primeiros, o grupo Justino, liderado por Antônio Justino, que por sua vez foi indicação política de Luiz José, foi outro importante grupo político local. Entre seus feitos destaca-se a escola que oferece o ensino fundamental segunda fase aos estudantes do Município, tendo como nome Escola Municipal do Ensino Fundamental Senador Humberto Lucena. Uma homenagem a Família Lucena e uma demonstração de respeito e gratidão às lideranças partidárias da época.

A gestão em curso tem como Prefeito João Idalino, que é fruto da indicação de Antônio Justino no pleito da campanha 2016.

A presente pesquisa constatou que desde a sua formação até os dias atuais, as principais lideranças políticas contaram com um apadrinhamento para poder ter seus nomes inseridos no cenário político local. Sendo assim, podemos afirmar que desde a emancipação aos dias atuais, não houve uma ruptura do *modus operandi* político aqui instaurado.

Esta pesquisa possibilitou/possibilita um melhor entendimento da conjuntura política local, através do cruzamento dos dados estatísticos e dos depoimentos colhidos, vimos que as condições de elegibilidade têm que ser cumpridas, mas que por si só não basta, tendo em vista que até a presente data todos que chegaram ao poder em Dona Inês/PB contaram com o apadrinhamento político.

Toda pesquisa é passiva de falha, percebe-se que para esta temática teria sido de bom grado um maior aprofundamento no campo político/partidário, tendo em vista que um dos critérios de elegibilidade é está filiado a um partido político. E que estes são organizações sociais que viabilizam ou não uma candidatura.

REFERÊNCIA:

ANDRADE, Manuel Correia de. A QUESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL. 2 ed. São Paulo. Hucitec, 2004.

ARAÚJO, Manoel Ferreira de. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM DONA INÊS/PB [Entrevista cedida a] José Roberto da Silva Neto. Dona Inês/PB, 10 abr 2019.

BOBBIO, Norberto; ATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., Vol. 1, 1998.

CASTRO, Iná Elias de. A GEOGRAFIA E A POLÍTICA: território, escalas de ação e instituições. 3ª Edição. v Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 2010.

_____. AS BASES TERRITORIAIS DA DEMOCRACIA E AS QUESTÕES DO SISTEMA ELEITORAL NO BRASIL. Revista Geográfica de América Central. Costa Rica, 2011. P 1 – 18, Número Espacial EGAL. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:xcCxFUtxxJoJ:revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/2608/2491+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em 28/maio/2018.

CHAUÍ, Marilena. ESTADO DE NATUREZA, CONTRATO SOCIAL, ESTADO CIVIL NA FILOSOFIA DE HOBBS, LOCKE E ROUSSEAU. Filosofia. Ed. Ática, São Paulo, v. 220, 2000.

CPRM. Serviços Geológicos do Brasil. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE DONA INÊS – PB. PRODEEM, 2005. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16045/Rel_Dona_Ines.pdf?sequence=1>. Acesso em 10 maio 2018.

DAMBROS, Elita et al. O PLURIPARTIDARISMO E A REPRESENTATIVIDADE SOCIAL NA DEMOCRACIA NACIONAL. Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791), v. 5, n. 1, 2017.

FAUSTO, Boris. O CORONELISMO NUMA INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA. In: FAUSTO, Boris, (org.). HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA: Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8ª ed. 2006, p. 172-209.

FREITAS, Eduardo de. ESPAÇO GEOGRÁFICO, OBJETO DE ESTUDO DA GEOGRAFIA. Equipe Brasil Escola. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/espaco-geografico-objeto-estudo-geografia.htm>>. Acesso em 29 maio 2018.

GALDINO, Gilvanete de Lima. O CRESCIMENTO URBANO E A QUESTÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE DONA INÊS-PB. UEPB: Guarabira, 2014. <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4815/1/PDF%20-%20Gilvanete%20de%20Lima%20Galdino.pdf>>. Acesso em 14 maio 2018.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em 15 abr 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Distrito Federal/DF: Governo Federal. HISTÓRIA DE DONA INÊS/PB, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/historico>>. Acesso em 14 maio 2018.

_____. DONA INÊS/PB: panorama, 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>>. Acesso em 23 maio 2019, as 15:30 hs.

ITALO JR. CIÊNCIA POLÍTICA 04. youtube. 14 nov 2017. 19min e 56s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=miBxT8KHGi0>>. Acesso em 19 maio 2018. LAGES, Vinicius Nobre; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo, Organizadores. Ignacy Sachs, prefácio. TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: CULTURA E IDENTIDADE COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO COMPETITIVA. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Brasília: SEBRAE, 2004.

MAIA, José Wellington de Azevedo. O PROCESSO EMANCIPATÓRIO E COMPOSIÇÃO POLÍTICA DE DONA INÊS/PB. [Entrevista cedida a] José Roberto da Silva Neto. Dona Inês/PB, 14 maio 2019.

MARIANO NETO, Belarmino. AS OLIGARQUIAS DE GUARABIRA E O PODER LOCAL. Guarabira/PB: guarabira 50 graus, 2015. Disponível em: <<http://guarabira50graus.blogspot.com.br/search?q=oligarquias>>. Acesso em 25 maio 2018.

MARTINS, Luciana de Lima. FRIEDRICH RATZEL. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2001.v3i5.a13402>>. Acesso 10 out 2018.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. 2011. Disponível em: <<https://tre-ms.jusbrasil.com.br/noticias/2849481/saiba-quais-sao-os-requisitos-minimos-para-se-candidatar-a-cargo-politico-eletivo>>. Acesso em 25 maio 2018.

MIRANDA, Gustavo Martins do Carmo, SILVA, Victor Augusto Araújo. DETERMINISMO E RELATIVISMO NAS OBRAS DE EUCLIDES DA CUNHA E GILBERTO FREYRE: duas concepções, duas realidades interpretativas acerca da temática racial do Brasil. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 35-49, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/viewFile/11411/8361>>. Acesso em: 09 out 2018.

MOTA, Carlos Guilherme. CULTURA BRASILEIRA OU CULTURA REPUBLICANA? Estud. av., São Paulo, v. 4, n. 8, p. 19-38, Apr. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141990000100003>.

MOTTA, Paulo Roberto. Movimentos partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares. Rio de Janeiro. FGV, 1971. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12430/000069344.pdf>>. Acesso 25 de maio 2019. Às 11 horas.

OLIVEIRA, Moisés de. 3º SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA. Abertura/Palestra Prof. Dra. Iná Elias de Castro (UFRJ). Youtube. 24 de ago de 2014. 47min e 08s. Disponível em: <<https://youtu.be/4F-qB4XnFfE>>. Acesso em 20 maio 2018.

PARAÍBA. Lei estadual nº 11.259 de 28 de dezembro de 2018. CONSOLIDA E MODERNIZA A DIVISÃO INTERMUNICIPAL DO ESTADO DA PARAÍBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS Paraíba. Autoria: Poder Executivo, 2018.

PARAÍBA, Tribunal Regional Eleitoral. SISTEMA DE HISTÓRICO DE ELEIÇÕES: Resultado das Eleições 1960 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15/05/18.

_____. Resultado das Eleições 1964 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 1968 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 1972 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 1976 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 1982 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 1988 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antigos/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 1992 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 1996 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 2000 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15/05/18.

_____. Resultado das Eleições 2004 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 2008 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 2012 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições 2016 na Paraíba. Município: Dona Inês. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em 15 maio 2018.

_____. Resultado das Eleições na Paraíba. ANTONIO JUSTINO DE ARAÚJO NETO. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>> Acesso em 15 maio 2019.

PASSOS, Matheus. O CONTRATO SOCIAL EM ROUSSEAU (1ª PARTE). 2017. (19m36s). Disponível em: <<https://youtu.be/UuZiyHoWTHM>>. Acesso em 19 de maio 2018.

PASSOS, Matheus. O CONTRATO SOCIAL EM ROUSSEAU (2ª PARTE). 2017. (27m24s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kJgMZPIrXQ4>>. Acesso em 19/05/2018.

PERREIRA DA SILVA, Fernanda Jordânia. UMA ANÁLISE DE PERMANÊNCIAS DE PRÁTICAS OLIGÁRQUICAS NA PARAÍBA: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA(1962-2012). Guarabira: UEPB, 2014. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9531/1/PDF%20-%20Fernanda%20Jord%C3%A2nia%20Pereira%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em 20 de maio 2018.

RATZEL, Friedrich. AMIGOS, O SUBLIME NÃO MORA NO ESPAÇO. Geographia, v. 3, n. 5, p. 92-94, 2001.

RIOS, Dermival Ribeiro. MINIDICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: DCL, 2008.

RODRIGUES, Izabel Cristina C. Araújo. O MUNICÍPIO DE DONA INÊS E OS PREFEITOS. Slideshare.net. 2015. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/IzaBelCristina6/dona-inspb-mapa-preseitos>>. Acesso em 19 maio 2018.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. PODER POLÍTICO. Brasil Escola. Online. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/poder-politico.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2018.

SANTOS, Milton. O PAÍS DISTORCIDO: O BRASIL, A GLOBALIZAÇÃO E A CIDADANIA. São Paulo. Publifolha, 2002.

SANTOS, Francisco Guilherme dos. A COMPOSIÇÃO POLÍTICA DE DONA INÊS/PB. [Entrevista cedida a] José Roberto da Silva Neto. Dona Inês/PB, 14 abr 2019.

SILVA, Antônio Bento da. A COMPOSIÇÃO POLÍTICA DE DONA INÊS/PB E SEUS ELEMENTOS INFLUENCIADORES. [Entrevista cedida a] José Roberto da Silva Neto. Dona Inês/PB, 18 abr 2019.

SILVA, Damião Luiz da. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE EM DONA INÊS/PB [Entrevista cedida a] José Roberto da Silva Neto. Dona Inês/PB, 17 abr 2019.

WEBER, Max – A POLÍTICA COMO VOCAÇÃO - Editora: UNB, Nº 1, 2003.

ANEXOS



ESTADO DA PARAÍBA

LEI N° 11.259 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2018.
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

Consolida e moderniza a divisão intermunicipal do Estado da Paraíba e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam consolidadas as divisas intermunicipais do Estado da Paraíba, estabelecidas pelos memoriais descritivos e mapas constantes desta Lei, os quais compreendem as delimitações geográficas dos municípios paraibanos.

§ 1º Os limites intermunicipais descritos nesta Lei são resultantes do levantamento realizado pelo Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), considerando os limites constantes da Lei nº 318, de 07 de janeiro de 1949, das leis posteriores que a alteraram, das leis que instituíram novos municípios paraibanos e das demais leis que, por ventura, tenham alterado os limites municipais até a presente data, cujo rol exemplificativo está no Anexo CCXXIV desta Lei.

§ 2º Para todos os descritivos, tem-se como referência o Norte Verdadeiro, distâncias, áreas e coordenadas geodésicas sobre o Datum SIRGAS 2000.

§ 3º Os Anexos I a CCXXIII desta Lei correspondem aos limites territoriais dos 223 (duzentos e vinte e três) municípios paraibanos sequenciados na ordem alfabética de suas denominações, acompanhados dos respectivos mapas das linhas divisórias.

Art. 2º Futuras alterações das linhas divisórias municipais devem manter nos seus textos legais o mesmo padrão descritivo desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA,
 em João Pessoa, 28 de dezembro de 2018; 130º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
 Governador



ESTADO DA PARAÍBA

ANEXO LXXIV MUNICÍPIO DE DONA INÊS

Art. 1º Os limites municipais de DONA INÊS passam a ter as seguintes descrições:

I - A Leste com o MUNICÍPIO DE TACIMA. Começa no cruzamento do Rio Salgadinho com a Rodovia PB-099, no Marco M-PB-0650 (1) de coordenadas, Latitude -6°32'45" e Longitude -35°33'27", seguindo-se pela Rodovia PB-099, em sentido sudeste, por uma distância de 623m até chegar no entroncamento da Rodovia PB-099 com a Estrada Lagoa da Serra - Serra do Sítio, no Marco M-PB-0651 (2) de coordenadas, Latitude -6°33'0,5" e Longitude -35°33'13,9", seguindo-se pela Estrada Lagoa da Serra - Serra do Sítio, em sentido sudoeste, por uma distância de 3.384m até chegar na Estrada Lagoa da Serra - Serra do Sítio, nas proximidades da nascente do Riacho Boa Vista, no Marco M-PB-0652 (3) de coordenadas, Latitude -6°33'58,8" e Longitude -35°34'24,7", seguindo-se por linha reta, com azimute de 192°57'33,7", por uma distância de 164m até chegar na nascente do Riacho Boa Vista, no Marco M-PB-0653 (4) de coordenadas, Latitude -6°34'4" e Longitude -35°34'25,9", seguindo-se pelo Riacho Boa Vista, a jusante, por uma distância de 6.247m até chegar na foz do Riacho Boa Vista, no Rio Curimataú, no Marco M-PB-0362 (5) de coordenadas, Latitude -6°35'46,8" e Longitude -35°32'25,5".

II - Ao Sul com o MUNICÍPIO DE BANANEIRAS. Começa na foz do Riacho Boa Vista, no Rio Curimataú, no Marco M-PB-0362 (5) de coordenadas, Latitude -6°35'46,8" e Longitude -35°32'25,5", seguindo-se pelo Rio Curimataú, a montante, por uma distância de 26.960m até chegar na foz do Rio Sombrio, no Rio Curimataú, no Marco M-PB-0361 (6) de coordenadas, Latitude -6°39'34,1" e Longitude -35°41'0,8".

III - Ao Sul com o MUNICÍPIO DE SOLÂNEA. Começa na foz do Rio Sombrio, no Rio Curimataú, no Marco M-PB-0361 (6) de coordenadas, Latitude -6°39'34,1" e Longitude -35°41'0,8", seguindo-se pelo Rio Curimataú, a montante, por uma distância de 8.493m até chegar no Rio Curimataú, nas proximidades da Localidade Capivara, no Marco M-PB-0580 (7) de coordenadas, Latitude -6°40'35,8" e Longitude -35°44'31,3".

IV - À Oeste com o MUNICÍPIO DE CACIMBA DE DENTRO. Começa no Rio Curimataú, nas proximidades da Localidade Capivara, no Marco M-PB-0580 (7) de coordenadas, Latitude -6°40'35,8" e Longitude -35°44'31,3", seguindo-se por linha reta, com azimute de 333°48'56,9", por uma distância de 6.165m até chegar na Localidade Sítio Mium, no Marco M-PB-0579 (8) de coordenadas, Latitude -6°37'35,7" e Longitude -35°45'59,9", seguindo-se por linha reta, com azimute de 85°28'8,6", por uma distância de 1.487m até chegar na Localidade Lagoa do Manoel, no Marco M-PB-0578 (9) de coordenadas, Latitude -6°37'31,8" e Longitude -35°45'11,6", seguindo-se por linha reta, com azimute de 38°39'1,6", por uma distância de 1.812m até chegar no Riacho da Areia, na Localidade Lagoa do Manoel, no Marco M-PB-0577 (10) de coordenadas, Latitude -6°36'45,8" e Longitude -35°44'34,7", seguindo-se pelo Riacho da Areia, a jusante, por uma distância de 1.405m até chegar no cruzamento do Riacho da Areia com a Estrada Lagoa do Manoel - Caraúbas, nas proximidades da Lagoa do Manoel, no Marco M-PB-0336 (11) de coordenadas, Latitude -6°37'7,7" e Longitude -35°43'55,5".



ESTADO DA PARAÍBA

V - Ao Norte com o MUNICÍPIO DE ARARUNA. Começa no cruzamento do Riacho da Areia com a Estrada Lagoa do Manoel - Caraúbas, nas proximidades da Lagoa do Manoel, no Marco M-PB-0336 (11) de coordenadas, Latitude $-6^{\circ}37'7,7''$ e Longitude $-35^{\circ}43'55,5''$, seguindo-se pelo Riacho da Areia, a jusante, por uma distância de 7.575m até chegar no cruzamento do Riacho da Areia com a Estrada Barracão - Várzea Grande, na Propriedade Umburana, no Marco M-PB-0335 (12) de coordenadas, Latitude $-6^{\circ}35'27,1''$ e Longitude $-35^{\circ}41'21,6''$.

VI - Ao Norte com o MUNICÍPIO DE RIACHÃO. Começa no cruzamento do Riacho da Areia com a Estrada Barracão - Várzea Grande, na Propriedade Umburana, no Marco M-PB-0335 (12) de coordenadas, Latitude $-6^{\circ}35'27,1''$ e Longitude $-35^{\circ}41'21,6''$, seguindo-se pelo Rio Salgadinho, a jusante, por uma distância de 23.178m até chegar no ponto inicial deste descritivo.

Parágrafo único. Pelo presente memorial, cuja planta é parte integrante, o MUNICÍPIO DE DONA INÊS, possui dimensões aproximadas de 87,5km de perímetro e 173,6km² de área.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DONA INÊS

Ofício Nº 108/2001

Dona Inês PB, 18 de julho de 2001.

Senhor Delegado:

Pelo presente, solicitamos os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de informar por meio de **Certidão**, para qual Município foi contada a população dos Sítios: Pinhões, Miguel, São Luiz, Estrela, Balanço, Capivara I e Capivara II, deste Município, no **Censo** realizado no ano de 2000.

Atenciosamente,

Luiz José da Silva
Luiz José da Silva
PREFEITO

Ilmº Senhor:
ANIBERTO MENDONÇA DE MELO
DD. Delegado do IBGE da Paraíba
João Pessoa/PB

La Excalencia, o Senhor
Z JOSÉ DA SILVA
feito Municipal de Dona Inês
NA INÊS - PB



Ofício nº 183/DGC

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2001.

Senhor Prefeito,

Comunicamos o recebimento dos ofícios nºs 108/2001 e 109/2001 ambos de 18 de julho último, nos quais Vossa Excelência solicita informações relativas a essa municipalidade.

Sobre o assunto, cabe-nos esclarecer-lhe que as localidades de Pinhões, Miguel, São Luiz, Estrela, Balanço, Capivara I e Capivara II foram recenseadas durante a coleta dos Dados do Censo 2000 para o município de Solânea.

Informamos ainda que por ocasião do preparo da Base Operacional e a coleta do referido Censo, surgiram dúvidas quanto a pertinência político-administrativa dessas localidades. Este fato ocorreu face a inexistência de mapeamento topográfico na área, tendo sido na ocasião, comunicado às duas Prefeituras Municipais, Solânea e Dona Inês.

Considerando as informações obtidas junto a população local, o IBGE optou por agregar o contingente populacional daquelas localidades ao Município de Solânea.

Estas medidas são de caráter puramente técnico, estando esta Instituição a disposição para promover as necessárias alterações em suas pesquisas caso surjam novas evidências técnicas e/ou legais que comprovem uma nova subordinação das citadas localidades.

Anexamos ao presente um conjunto de cópias xerox e que atendem ao solicitado em seu ofício nº 109/2001.

Colocamo-nos ao dispor para eventuais novas consultas porventura julgadas necessárias e subscrevemo-nos.

Respeitosamente,

GUIDO GELLI
Diretor de Geociências

Ilm. Senhor:
ANIBERTO MENDONÇA DE MELO
À Sua Excelência o Senhor
Luiz José da Silva
Prefeito Municipal de Dona Inês/PB
Av. Major Augusto Bezerra, 02 - Centro
Dona Inês - PB
58228-000

APC/omcs

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Av. Brasil, 15 671 Bl. III-B - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 21241-051
Brasil
Telex (021) 2514-4997/2514-4998 - Fax: 2481-2650

NÃO FOI COMUNICADO A DONA INÊS



Ofício IBGE/DPE Nº 067 /02

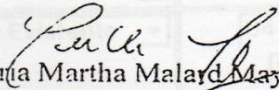
Rio de Janeiro, 11 de Abril de 2002

Senhor Prefeito,

Em atenção à solicitação de Vossa Excelência, constante do ofício nº 108, de 18 de julho de 2001, informo, com base no arquivo da sinopse preliminar do Censo Demográfico de 2000, com a correção da coleta do Censo Demográfico de 2000 dos Municípios de, Dona Inês e Solânea. A população residente de Dona Inês reconstituída para, 01.08.00, era de 11036 habitantes.

2. Em contrapartida, na área do Município de Solânea, com a correção da coleta do Censo Demográfico de 2000, a população residente reconstituída, em 01.08.00, era de 29833 habitantes.
3. A correção das populações serão incorporadas as Estimativas Populacionais de 2002.

Respeitosamente,


Maria Martha Malard Mayer
Diretoria de Pesquisas
Diretora

Ao Excelentíssimo Senhor
Prefeito Luiz José da Silva
Prefeitura Municipal de Dona Inês
Estado da Paraíba - PB

825

PROJETO DE LEI Nº 231/53

Cria o município de D. Inês e a comarca de igual nome.

Art. 1º - Fica criado o município de D. Inês, atualmente distrito do município de Bananeiras, com sede na atual vila de igual nome, elevada à categoria de cidade.

Parágrafo único - O município de D. Inês será constituído pelo território do distrito do mesmo nome, com os limites fixados pela Lei de Divisão Administrativa do Estado.

Art. 2º - Enquanto não se verificarem as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do município de D. Inês, o Poder Executivo dêste será exercido por um Prefeito nomeado pelo Governador do Estado, o qual, além das atribuições próprias do cargo, poderá elaborar o orçamento e expedir Decretos-Leis "ad-referendum" da Câmara Municipal.

Art. 3º - As eleições para constituição dos poderes inerentes ao novo município realizar-se-ão em data designada pelo Tribunal Regional Eleitoral, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - O município de D. Inês constituirá, também, uma comarca de 1ª entrância, com todos os cargos indispensáveis ao funcionamento da Justiça, previstos em lei, cuja jurisdição respeitará os mesmos limites do referido município.

Art. 5º - Fica criado na comarca de D. Inês, um Cartório do Público e Notas e Escrivão do Cível, do Crime, Execuções Criminais, Órfãos e seus anexos, bem como um cartório do Registro de Imóveis anexado ao Tabelionato.

Art. 6º - Pertencerá à nova Comarca o atual Cartório de Registro Civil de Casamentos, Nascimento e Óbitos do extinto distrito de D. Inês, bem como o de Registro Facultativo de Títulos e Documentos que fica criado pela presente Lei, ambos a serem exercidos por um mesmo titular.

Art. 7º - Fica extinto o Sub-Comissariado de Polícia da vila de D. Inês e criado o Comissariado de Polícia com os respectivos suplentes, na forma da legislação vigente.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 29 de dezembro de 1953, quando terá lugar a instalação do novo município de D. Inês, da Comarca, Comissariado e Cartório.

Art. 9º - Para cobrir com as despesas da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de R\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.
Data das Leis, 11 de Dezembro de 1953.

HUBERTO LUCENA

DOC. 9.

2.º Turm.

LEIA LEGISLATIVA

EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 231/58

Ao Artigo 8º - Suprima-se.

Sala das Sessões, 28 de Abril de 1959.

Clovis Bezerra

CLOVIS BEZERRA CAVALCANTI

*Prejudicada
Turm. 2-6-59
M. H. Prudente
1.º Secretário*